

# As três fontes constitutivas do marxismo

## *Apresentação*

O que é o marxismo?, perguntam milhões de trabalhadores e jovens que não encontram a resposta por que são tão explorados e por que somente uma reduzida minoria de pessoas pode usufruir das riquezas produzidas pela sociedade, ao mesmo tempo que vêm aumentar os ataques dos patrões capitalistas e de seus meios de comunicação ao socialismo científico.

Para responder a essa indagação, as *Edições Manoel Lisboa* reuniu três importantes artigos de V.I. Lênin, líder da revolução socialista russa e fundador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. São eles: *Karl Marx, uma exposição sobre o marxismo*; *Friedrich Engels e As três fontes constitutivas do marxismo*.

Lendo-os, os leitores poderão verificar o quanto continua verdadeira e atual a ciência fundada por Marx e Engels e porque o marxismo-leninismo é a única concepção que pode pôr fim à miséria, à fome e à exploração do homem pelo homem no mundo e construir uma sociedade fraterna na qual as pessoas vivam com fartura e em liberdade. Saberão, ainda, por que o socialismo desperta tanto o ódio da burguesia e de seus escritores e por que a doutrina de Marx é justa, harmoniosa e inconciliável com toda a superstição, com toda a reação e com toda a defesa da opressão burguesa.

*Os editores*

# Índice

I - Karl Marx, uma exposição sobre o Marxismo

II - Friedrich Engels

III - As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo

## Karl Marx, uma exposição sobre o Marxismo

### Prefácio

O artigo sobre Karl Marx, agora editado em brochura, foi redigido por mim em 1913 (tanto quanto me lembro) para o *Dicionário Granat*. Era seguido de uma nota bibliográfica bastante extensa, que indicava sobretudo obras em línguas estrangeiras. Não figura nesta edição. Além disso, os redatores do dicionário tinham, por seu lado, devido à censura, suprimido o fim do artigo em que eu expunha a tática revolucionária de Marx. Infelizmente me é impossível reconstituir aqui essa passagem, visto o manuscrito ter ficado, com outros papéis meus, em Cracóvia ou na Suíça. Lembro somente que no fim do ensaio reproduzia, entre outras, uma passagem de uma carta de Marx a Engels, datada de 16 de abril de 1856, em que ele escrevia: “Na Alemanha tudo dependerá da possibilidade de fazer apoiar a revolução proletária por uma reedição da guerra dos camponeses. Então tudo correrá bem”. Foi isto que, depois de 1905, não foi compreendido pelos nossos mencheviques, que acabaram agora por trair completamente a causa do socialismo e passaram para o campo da burguesia.

**N. Lênin.**

Em 1918 na brochura: N. Lênin “**Karl Marx**”, Edições “Priboi”, Moscou.

Conforme o texto das **Obras**, tomo 21, pág. 39 (ed. francesa)

## Breve nota biográfica contendo uma exposição do Marxismo

Karl Marx nasceu no dia 5 de maio de 1818 em Trèves (Prússia renana). Seu pai, um advogado israelita, se converteu em 1824 ao protestantismo. A família, rica, culta, não era revolucionária. Após terminado o liceu de Trèves, Marx entrou para a universidade de Bonn e depois para a de Berlim; aí estudou direito, mas sobretudo história e filosofia. Em 1841, acabava seus estudos, defendendo uma tese de doutoramento sobre a filosofia de Epicuro. Naquela época suas concepções faziam dele um hegeliano idealista. Em Berlim, fez parte do círculo dos “hegelianos de esquerda”<sup>1</sup> (que compreendia, entre outros, Bruno Bauer) que procuravam extrair da filosofia de Hegel conclusões atérias e revolucionárias.

Após ter saído da Universidade, Marx fixou-se em Bonn, onde esperava tornar-se professor. Mas a política reacionária de um governo que retirara a Ludwig Feuerbach a regência de uma cadeira em 1832, que lhe tinha de novo recusado o acesso à universidade em 1836, e que em 1841 tinha impedido o jovem professor Bruno Bauer de fazer conferências em Bonn obrigou Marx a renunciar à carreira universitária. Nessa época, o desenvolvimento das idéias do hegelianismo de esquerda progredia na Alemanha rapidamente; Ludwig Feuerbach começa, sobretudo a partir de 1836, a criticar a teologia e a se orientar para o materialismo que, em 1841, o conquista inteiramente (*A Essência do Cristianismo*); em 1843 aparecem os seus *Princípios da Filosofia do Futuro*. “É preciso ter-se experimentado pessoalmente a ação libertadora” destes livros, escrevia mais tarde Engels a propósito destas obras de Feuerbach: “Nós (quer dizer os hegelianos de esquerda, incluindo Marx) nos tornamos imediatamente feuerbachianos”. À época, os burgueses radicais da Renânia, que tinham certos pontos de contato com os hegelianos de esquerda, fundaram em Colônia um jornal de oposição, a *Gazeta Renana* (que apareceu a partir de 1º de janeiro de 1842). Marx e Bruno Bauer empenharam-se nela como principais colaboradores e, em outubro de 1842, Marx tornou-se o redator-chefe; trocou então Bonn por Colônia. Sob a direção de Marx, a tendência democrática revolucionária do jornal afirmou-se cada vez mais e o governo, depois de ser submetido a publicação a uma dupla e tripla censura, decidiu em seguida, no dia 1º de janeiro de 1843, suspendê-la completamente. Nessa altura, Marx viu-se obrigado a deixar seu posto de redator, mas sua saída não salvou o jornal, que foi proibido em março de 1843. Entre os artigos mais importantes que Marx publicou na *Gazeta Renana*, além dos que são indicados mais adiante (veja *Bibliografia*<sup>2</sup>), Engels cita um artigo sobre a situação dos produtores de vinho do vale do Moselle<sup>3</sup>. A atividade de jornalista tinha mostrado a Marx que seus conhecimentos em economia política eram insuficientes, por isso começou a estudar com ardor essa disciplina.

Em 1843, em Kreuznach, Marx casou com Jenny von Westphalen, uma amiga de infância, da qual já estava noivo quando estudante. Sua mulher vinha de uma família aristocrática reacionária da Prússia. O irmão mais velho de Jenny von Westphalen foi ministro do Interior da Prússia numa das épocas mais reacionárias, 1850-1858. No outono de 1843, Marx foi a Paris para editar no estrangeiro uma revista radical com Arnold Ruge (1802-1880; hegeliano de esquerda preso de 1825 a 1830, emigrado após 1848; bismarckiano depois de 1866-1870). Só apareceu um número dessa revista, intitulado *Os Anais Franco-Alemães*, porque a publicação foi interrompida por causa das dificuldades de divulgação clandestina na Alemanha e de divergências com Ruge. Nos artigos publicados, Marx aparece-nos já como um revolucionário que proclama “a crítica implacável de tudo quanto existe” e, em particular, a “crítica das armas”<sup>4</sup>, e apela para as *massas* e para o *proletariado*.

Em setembro de 1844, Friedrich Engels vai a Paris por alguns dias e torna-se então o amigo mais íntimo de Marx. Ambos tomaram parte na vida intensa que na época tinham os grupos revolucionários de Paris (era particularmente importante a doutrina de Proudhon, com quem Marx categoricamente ajustou contas na *Miséria da filosofia*, editada em 1847) e, combatendo asperamente as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, elaboraram a teoria e a tática do *socialismo proletário revolucionário*, ou comunismo (marxismo). Veja-se mais à frente (Bibliografia) as obras de Marx dessa época, 1844-1848. Em 1845, a pedido do

governo prussiano, Marx foi expulso de Paris como perigoso revolucionário. Instalou-se em Bruxelas. Na primavera de 1847, ele e Engels filiaram-se a uma sociedade secreta, a “Liga dos Comunistas”, e tiveram um papel de primeiro plano no II Congresso da Liga (Londres, novembro de 1847). A pedido do Congresso redigiram o célebre *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848. Essa obra expõe com uma clareza e vigor notáveis a nova concepção de mundo, o materialismo conseqüente estendido à vida social, a dialética, a ciência mais vasta e mais profunda da evolução, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário atribuído pela história mundial ao proletariado, criador de uma nova sociedade, a sociedade comunista.

Logo que rebentou a revolução de fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Volta a Paris, que deixa depois da revolução de março, para regressar à Alemanha e se fixar em Colônia. Foi lá que apareceu, de 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849, a *Nova Gazeta Renana*, da qual Marx foi redator-chefe. A nova teoria se encontra brilhantemente confirmada pelo decorrer dos acontecimentos revolucionários de 1848-1849 e, em seguida, por todos os movimentos proletários democráticos em todos os países do mundo. A contra-revolução vitoriosa levou Marx a um tribunal (foi absolvido a 9 de fevereiro de 1849) e depois expulsou-o da Alemanha (16 de maio de 1849). Primeiro voltou a Paris, de onde foi igualmente expulso após a manifestação de 13 de junho de 1849, e depois a Londres, onde viveu até o fim dos seus dias.

As condições dessa vida de imigrado eram extremamente penosas, como revela a correspondência entre Marx e Engels (editada em 1913). Marx e sua família estavam esmagados pela miséria; sem o apoio financeiro constante e devotado de Engels, Marx não poderia acabar *O Capital* e teria fatalmente sucumbido à miséria. Além disso, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não-proletário em geral, obrigavam Marx a manter uma permanente luta implacável e a aparar por vezes os furiosos e descabelados ataques pessoais (*Herr Vogt*). Mantendo-se à margem dos círculos de imigrados, Marx elaborou uma série de trabalhos históricos, a sua teoria materialista, dedicando-se sobretudo ao estudo da economia política. Revolucionou essa ciência (veja mais adiante a doutrina de Marx) nas suas obras *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (Livro I, 1867).

O crescimento dos movimentos democráticos, no fim dos anos 50 e nos anos 60, levou Marx a retomar uma atividade prática. Em 1864 (28 de setembro) fundou-se em Londres a célebre I Internacional, a “Associação Internacional dos Trabalhadores”. Marx era a alma dessa associação; é igualmente autor da sua primeira “*Mensagem*” e de um grande número de resoluções, declarações e manifestos. Unindo o movimento operário dos diversos países, procurando orientar para uma via de atividade comum as diferentes formas de socialismo não-proletário, pré-marxista (Mazzini, Proudhon, Bakunin, o trade-unionismo liberal inglês, as oscilações para a direita dos lassallianos na Alemanha, etc.), combatendo as teorias de todas estas seitas e escolas, Marx forjou uma só tática para a luta proletária da classe operária nos diversos países. Depois da queda da Comuna de Paris (1871), sobre a qual ele fez uma apreciação revolucionária tão profunda, tão justa, tão brilhante e tão eficaz (*A Guerra Civil na França*, 1871), e depois da cisão da Internacional provocada pelos bakuninistas<sup>5</sup>, foi impossível a esta última subsistir na Europa. Depois do Congresso de 1872, em Haia, Marx fez aprovar a transferência do Conselho Geral Internacional para Nova Iorque. A I Internacional tinha cumprido a sua missão histórica e cedia lugar a uma época de crescimento infinitamente mais considerável do movimento operário em todos os países, caracterizada pelo seu desenvolvimento em extensão e pela formação de partidos socialistas operários de massa, no quadro dos diversos Estados nacionais.

Sua atividade intensa na Internacional e seus trabalhos teóricos, que exigiam esforços ainda maiores, abalaram definitivamente a saúde de Marx. Continuou a renovar a economia política e a redigir *O Capital*, reunindo uma quantidade enorme de documentos novos e estudando diversas línguas (o russo, por exemplo). Mas a doença o impediu de terminar *O Capital*.

Sua mulher morreu no dia 2 de dezembro de 1881. A 14 de março de 1883, Marx adormeceu pacificamente na sua poltrona, no seu último sono. Foi enterrado, com a mulher, no cemitério de Highgate, em Londres. Muitos dos seus filhos morreram novos, em Londres, na época em que a família vivia miseravelmente. Suas três filhas casaram com socialistas da Inglaterra e da França. São elas: Eleonora Evelin, Laura Lafarge e Jenny Longuet, cujo filho é membro do Partido Socialista francês.

## A Doutrina de Marx

O *Marxismo* é o sistema das idéias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de idéias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral. A lógica e a unidade notáveis das idéias de Marx (qualidades reconhecidas mesmo por seus adversários), cujo conjunto constitui o materialismo e o socialismo científico contemporâneos como teoria e programa do movimento operário de todos os países civilizados, nos obrigam a preceder a exposição do conteúdo essencial do marxismo, a doutrina econômica de Marx, de um breve estudo da sua concepção geral do mundo.

## O Materialismo Filosófico

Desde 1844-1845, época em que se formavam as suas idéias, Marx era materialista; sofreu, em particular, a influência de Ludwig Feuerbach, cujas únicas fraquezas a seus olhos residiam na insuficiência de lógica e de amplitude do seu materialismo. Para Marx, a importância histórica de Feuerbach, que “fez época”, resultava da sua ruptura decisiva com o idealismo de Hegel e da sua afirmação do materialismo. Este, desde o “século XVIII, particularmente na França, não foi somente uma luta contra as instituições políticas existentes, assim como contra toda religião e teologia, mas... contra a metafísica”, tomada no sentido de embriaguez da especulação por oposição à “filosofia razoável” (*A Sagrada Família* no *Literarischer Nachlass*).

“Para Hegel, escrevia Marx, o movimento do pensamento que ele personifica sob o nome de idéia, é o demiurgo (o criador) da realidade... para mim, pelo contrário, o movimento do pensamento é apenas o reflexo do movimento real, transportado e transposto para o cérebro do homem.” (*O Capital*, Livro I, posfácio da segunda edição). Em perfeito acordo com esta filosofia materialista de Marx, F. Engels, expondo-a no *Anti-Dühring*, cujo manuscrito Marx havia lido, escrevia: “A unidade do mundo não consiste no seu Ser... A unidade real do mundo consiste na sua materialidade, e esta se prova... por um longo e laborioso desenvolvimento da filosofia e da ciência da natureza... O movimento é o modo de existência da matéria. Nunca e em parte alguma houve matéria sem movimento, e não pode haver movimento sem matéria... Mas se em seguida nos perguntamos o que são o pensamento e a consciência e de onde vêm, descobrimos que são produtos do cérebro humano e que o homem é ele próprio um produto da natureza, que se desenvolveu no seu meio, donde resulta, naturalmente, que os produtos do cérebro humano que, em última análise, são também produtos da natureza, não estão em contradição, mas em conformidade com o conjunto da natureza. Hegel era idealista, o que quer dizer que, em vez de considerar as idéias do seu espírito como os reflexos (no original: *Abbilder*; por vezes Engels fala de “reprodução”) mais ou menos abstratos das coisas e dos processos reais, considerava no sentido inverso os objetos e o seu desenvolvimento como simples cópias da ‘Idéia’, existindo não se sabe bem onde desde antes do mundo”.

No seu *Ludwig Feuerbach*, livro em que expõe as suas próprias idéias e as de Marx sobre a filosofia de Feuerbach, e que só enviou para impressão depois de ter relido uma vez mais o velho manuscrito de 1844-1845 sobre Hegel, escrito em colaboração com Marx, *Feuerbach e a concepção materialista da história*, Engels escreve: “A grande questão fundamental de toda

filosofia e, especialmente, da filosofia moderna, é esta... da relação do pensamento com o ser, do espírito com a natureza... a questão de saber qual é o elemento primordial, o espírito ou a natureza... Conforme respondiam de tal ou tal maneira a esta questão, os filósofos se dividiam em dois grandes campos: os que afirmavam o caráter primordial do espírito em relação à natureza e que admitiam, portanto, em última instância, uma criação do mundo qualquer que fosse a sua espécie... formavam o campo do idealismo; os outros, que consideravam a natureza como elemento primordial, pertenciam às diferentes escolas do materialismo”. Qualquer outro emprego das noções de idealismo e de materialismo (no sentido filosófico) só cria confusão. Marx repelia categoricamente não apenas o idealismo, sempre ligado, de um ou de outro modo, à religião, mas também o ponto de vista, particularmente difundido nos nossos dias, de Hume e de Kant, o agnosticismo, o criticismo, o positivismo sob os seus diferentes aspectos, considerando este gênero de filosofia como uma concessão “reacionária” ao idealismo e, no melhor dos casos, como “um modo envergonhado de aceitar o materialismo às escondidas, renegando-o simultaneamente em público.”

Veja a propósito, além das obras de Engels e Marx que acabamos de citar, a carta de Marx a Engels datada de 12 de dezembro de 1868, em que ele fala de uma intervenção do célebre naturalista T. Huxley. Verificando que este último se tinha mostrado “mais materialista” do que habitualmente e que tinha reconhecido que, enquanto “observarmos e pensarmos na base da realidade, nunca podemos sair do materialismo”, Marx o censura por ter “aberto uma porta escusa” ao agnosticismo e à teoria de Hume. Importa, sobretudo, reter a opinião de Marx sobre a relação entre a liberdade e a necessidade: “A necessidade só é cega na medida em que não é compreendida... a liberdade é a consciência da necessidade” (F. Engels, no *Anti-Dühring*). Dito de outro modo, consiste em reconhecer a existência de leis objetivas da natureza e a transformação dialética da necessidade em liberdade (do mesmo modo que a transformação da “coisa em si”, não conhecida, mas conhecível, numa “coisa para nós”, da “existência das coisas” em fenômenos). Segundo Marx e Engels, o defeito essencial do “antigo” materialismo, incluindo o de Feuerbach (e com mais razão ainda o materialismo “vulgar” de Büchner-Vogt-Moleschott), resultava no seguinte:

- 1) Esse materialismo era “essencialmente mecanicista” e não considerava o desenvolvimento moderno da química e da biologia (nos nossos dias, conviria acrescentar ainda: da teoria elétrica da matéria);
- 2) O antigo materialismo não era nem histórico nem dialético (mas metafísico no sentido de antidialético, e não aplicava o ponto de vista da evolução de um modo sistemático e generalizado);
- 3) Concebia o “ser humano” como uma abstração e não como “o conjunto de todas as relações sociais” (concretamente determinadas pela história) e, por conseguinte, o que fazia era apenas “interpretar” o mundo quando se tratava de o “transformar”, quer dizer, que não apreendia o alcance da “atividade prática revolucionária”.

## **A dialética**

Marx e Engels viam na dialética de Hegel a mais vasta, a mais rica e a mais profunda doutrina da evolução, uma imensa aquisição da filosofia clássica alemã. Qualquer outro enunciado do princípio do desenvolvimento, da evolução, lhes parecia unilateral, pobre, deformante e mutilante da marcha real da evolução (muitas vezes marcada por saltos, catástrofes, revoluções) na natureza e na sociedade. “Marx e eu fomos, sem dúvida, quase os únicos a salvar (do idealismo, incluindo o hegelianismo) a dialética consciente para integrá-la na concepção materialista da natureza”. “A natureza é a mesa de ensaio da dialética e devemos dizer, para honra da ciência moderna da natureza, que ela forneceu a essa mesa de ensaio uma rica colheita de fatos (isto foi escrito antes da descoberta do rádio, dos elétrons, da transformação dos

elementos, etc.!) que aumenta todos os dias, provando, assim, que na natureza as coisas se passam, em última análise, dialeticamente e não metafisicamente.”

“A grande idéia fundamental, escreve Engels, segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos onde as coisas, na aparência estáveis, tal como os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, os conceitos, passam por uma mudança ininterrupta de devir e perecer..., esta grande idéia fundamental, sobretudo depois de Hegel, penetrou tão profundamente na consciência corrente que quase não é contraditada nesta forma geral. Mas reconhecê-la por palavras e aplicá-la na realidade, em pormenor, a cada domínio submetido à investigação, são duas coisas diferentes”. “Nada subsiste de definitivo, de absoluto, de sagrado perante ela (a filosofia dialética); ela mostra a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas, e nada subsiste frente a ela a não ser o processo ininterrupto do devir e do perecer, da ascensão sem fim do inferior ao superior, de que ela própria é apenas o reflexo no cérebro pensante”. Portanto, segundo Marx, a dialética é “a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano”.

Foi este aspecto revolucionário da filosofia de Hegel que Marx adotou e desenvolveu. O materialismo dialético “nada tem a ver com uma filosofia planando acima das outras ciências”. A parte da antiga filosofia que subsiste é “a doutrina do pensamento e das suas leis – a lógica formal e a dialética”. Ora, na concepção de Marx, como na de Hegel, a dialética compreende o que hoje se chama teoria do conhecimento ou gnoseologia, que deve igualmente considerar o seu objeto do ponto de vista histórico, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento, a passagem da *ignorância* ao conhecimento.

Na nossa época, a idéia de desenvolvimento, de evolução, penetrou quase inteiramente na consciência social, mas por vias diferentes da filosofia de Hegel. Contudo, esta idéia, tal como a formularam Marx e Engels, apoiando-se em Hegel, é muito mais vasta e mais rica de conteúdo que a idéia corrente da evolução. Uma evolução que parece reproduzir os estágios já conhecidos, mas sob uma outra forma, num grau mais elevado (“negação da negação”); uma evolução, por assim dizer, em espiral e não em linha reta; uma evolução por saltos, por catástrofes, por revoluções, “por soluções de continuidade”; a transformação da quantidade em qualidade, os impulsos internos do desenvolvimento, provocados pela contradição, o choque das forças e tendências diversas agindo sobre um dado corpo, no quadro de um dado fenómeno ou no seio de uma dada sociedade; a interdependência e a ligação estreita, indissolúvel, de *todos* os aspectos de cada fenómeno (e a história faz incessantemente aparecer novos aspectos), ligação que determina o processo universal do movimento, processo único, regido por leis, tais são alguns dos traços da dialética, como doutrina da evolução mais rica de conteúdo que a doutrina usual (veja-se a carta de Marx a Engels datada de 8 de janeiro de 1868, onde se faz ironia às “tricotomias rígidas” de Stein, que seria absurdo confundir com a dialética materialista).

### **A concepção materialista da História**

Dando-se conta de que o antigo materialismo era inconseqüente, incompleto e unilateral, Marx concluiu que era necessário “pôr a ciência da sociedade de acordo... com a base materialista e reconstruir essa ciência apoiando-se nessa base”. Se, de um modo geral, o materialismo explica a consciência pelo ser e não o inverso, esta doutrina, aplicada à sociedade humana, exigia que se explicasse a consciência *social* pelo ser *social*. “A tecnologia, diz Marx, põe a nu o modo de ação do homem em relação à natureza, o processo de produção da sua vida material e, em conseqüência, a origem das relações sociais e das idéias ou concepções intelectuais que daí ocorrem” (*O Capital*, Livro I). Encontramos uma formulação completa das teses fundamentais do materialismo aplicadas à sociedade humana e à sua história no prefácio de Marx à sua obra *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, em que se exprime da seguinte maneira:



“Na produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado das suas forças produtivas materiais.

“O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas. O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é inversamente o seu ser social que determina a sua consciência. Num certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que é apenas a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações se transformaram em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A mudança na base econômica altera mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura. Quando se consideram tais alterações, é preciso sempre distinguir entre alteração material – que podemos verificar de um modo cientificamente rigoroso –, condições de produção econômicas e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam ao seu termo.

“Assim como não se pode julgar um indivíduo pela idéia que ele tem de si próprio, também não se pode julgar uma tal época de transformações pela sua consciência; é necessário, pelo contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção...” “Em traços largos, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser considerados como outras tantas épocas de progresso na formação econômica da sociedade” (veja-se a breve fórmula que Marx dá na sua carta de 7 de julho de 1866 a Engels: “A nossa teoria da organização do trabalho determinada pelos meios de produção”).

A descoberta da concepção materialista da história ou, mais exatamente, a aplicação conseqüente, a extensão do materialismo ao domínio dos fenômenos sociais, eliminou os dois defeitos essenciais das teorias históricas anteriores. Em primeiro lugar, estas apenas consideravam, no melhor dos casos, os motivos ideológicos da atividade histórica dos homens, sem investigarem a origem destes motivos, sem apreenderem as leis objetivas que regem o desenvolvimento do sistema das relações sociais e sem discernirem as raízes destas relações no grau de desenvolvimento da produção material. Em segundo lugar, as teorias anteriores desprezavam precisamente a ação das *massas* da população, enquanto que o materialismo histórico permite, pela primeira vez, estudar com a precisão das ciências naturais as condições sociais da vida das massas e as modificações destas condições. A “sociologia” e a historiografia anteriores a Marx acumulavam, no *melhor* dos casos, fatos em bruto, recolhidos ao acaso, e só expunham certos aspectos do processo histórico. O marxismo abriu caminho ao estudo global e universal do processo do nascimento, do desenvolvimento e do declínio das formações econômicas e sociais, examinando o *conjunto* das tendências contraditórias, reconduzindo-as às condições de existência e de produção, claramente determinadas, das diversas *classes* da sociedade, afastando o subjetivismo e a arbitrariedade na escolha das idéias “diretrizes”, ou na sua interpretação, descobrindo a *origem* de todas as idéias e das diferentes tendências, sem exceção, no estado das forças produtivas materiais. Os homens são os artífices da sua própria história, mas, o que é que determina a motivação dos homens e, mais precisamente, das massas humanas? Qual a causa dos conflitos entre as idéias e as aspirações contraditórias? Quais são as condições objetivas da produção da vida material nas quais se baseia toda a atividade histórica dos homens? Qual a lei que rege a evolução destas condições? Marx dedicou sua atenção a todos esses problemas e traçou a via para o estudo científico da história concebida como um processo único, regido por leis, por mais prodigiosa que seja a sua variedade e todas as suas contradições.

## A luta de classes

Todos sabem que, em qualquer sociedade, as aspirações de alguns dos seus membros se opõem às dos outros, que a vida social é cheia de contradições, que a história nos revela a luta entre os povos e as sociedades, assim como no seu próprio seio, e que nos mostra, além disso, uma sucessão de períodos de revolução e de reação, de paz e de guerra, de estagnação e de rápido progresso ou de decadência. O marxismo deu o fio condutor que, neste labirinto, neste caos aparente, permite descobrir a existência de uma lei: a teoria da luta de classes. Só o estudo do conjunto das aspirações de todos os membros de uma sociedade ou de um grupo de sociedades permite definir, com precisão científica, o resultado dessas aspirações. Ora, as aspirações contraditórias nascem da diferença de situação e de condições de vida das *classes* nas quais se divide qualquer sociedade. “A história de qualquer sociedade até os nossos dias – escreve Marx no *Manifesto do Partido Comunista* (excetuando a história da comunidade primitiva, acrescentaria Engels mais tarde), é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos em oposição constante, desenvolveram uma guerra ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada, uma guerra que acabava sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta... A sociedade burguesa moderna, que se ergue sobre as ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez mais do que colocar novas classes, novas condições de opressão, novos aspectos da luta no lugar dos anteriores. Contudo, o caráter que distingue a nossa época, a época da burguesia, é ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade se divide cada vez mais em dois vastos campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado”.

Desde a grande Revolução Francesa, a história da Europa em muitos países revelou com particular evidência esta causa real dos acontecimentos: a luta de classes. Já na época da Restauração<sup>6</sup>, se tinha visto aparecer na França um certo número de historiadores (Thierry, Guizot, Mignet, Thiers) que, na sua síntese dos acontecimentos, não puderam deixar de reconhecer que a luta de classes era a chave que permitia compreender toda a história da França. Quanto à época moderna, a da vitória completa da burguesia, das instituições representativas, do sufrágio ampliado (quando não universal!) da imprensa cotidiana barata que penetra nas massas, etc., a época das associações operárias e patronais poderosas e cada vez mais vastas, etc., mostra com mais evidência ainda (embora, por vezes, sob uma forma unilateral, “pacífica”, “constitucional”) que a luta de classes é o motor dos acontecimentos. A seguinte passagem do *Manifesto do Partido Comunista* mostra que Marx exigia da ciência social a análise objetiva da situação de cada classe no seio da sociedade moderna, em conexão com as condições de desenvolvimento de cada uma delas: “De todas as classes que no momento se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes vacilam e perecem com a grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o seu produto mais autêntico. As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, todos combatem a burguesia porque ela é uma ameaça para sua existência como camadas médias. Portanto, essas classes não são revolucionárias, são conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer andar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias, é devido à sua eminente passagem para o proletariado; então defendem os seus interesses futuros e não os seus interesses atuais, abandonam o seu próprio ponto de vista para se colocarem no do proletariado”. Em grande número de obras históricas Marx dá exemplos brilhantes e profundos de historiografia materialista, de análise da condição de *cada* classe particular, e por vezes, dos diversos grupos ou camadas no seio de uma classe, mostrando, até à evidência, porque e como “toda luta de classes é uma luta política”. A passagem que acabamos de citar ilustra claramente a complexidade da rede de relações sociais e das *transições* de uma classe para outra, do passado para o futuro, que Marx estuda a fim de determinar exatamente a resultante da evolução histórica.

A teoria de Marx encontra a sua confirmação e aplicação mais profunda, mais completa e mais pormenorizada na sua doutrina econômica.

## A doutrina econômica de Marx

“O objetivo final desta obra, diz Marx no seu prefácio de *O Capital*, é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”, quer dizer, da sociedade capitalista, da sociedade burguesa. O estudo das relações de produção de uma dada sociedade historicamente determinada no seu nascimento, desenvolvimento e declínio, tal é o conteúdo da doutrina econômica de Marx. O que domina na sociedade capitalista é a produção de *mercadorias*; por isso a análise de Marx começa pela análise da mercadoria.

### O valor

A mercadoria é, em primeiro lugar, uma coisa que satisfaz qualquer necessidade do homem; em segundo lugar, é uma coisa que se troca por outra. A utilidade de uma coisa faz dela um *valor de uso*. O valor de troca (ou simplesmente o valor) é, primeiramente, a relação, a proporção na troca de um certo número de valores de uso de uma espécie por um certo número de valores de uso de uma outra espécie. A experiência cotidiana mostra que milhões e milhares de milhões de tais trocas estabelecem incessantemente relações de equivalência entre os mais diversos e diferentes valores de uso. O que há, então, em comum entre coisas diferentes, continuamente reconduzidas umas e outras num determinado sistema de relações sociais? O que têm em comum é o fato de serem *produtos do trabalho*. Trocando produtos, os homens estabelecem relações de equivalência entre os mais diferentes gêneros de trabalho. A produção das mercadorias é um sistema de relações sociais no qual os diversos produtores criam produtos variados (divisão social do trabalho) e os tornam equivalentes no momento da troca. Por isso, o que é comum a todas as mercadorias não é o trabalho concreto de um ramo de produção determinado, não é o trabalho de um gênero particular, mas o trabalho humano *abstrato*, o trabalho humano em geral. Na sociedade estudada, toda a força de trabalho representada pela soma dos valores de todas as mercadorias é uma só e mesma força de trabalho humano; milhares de milhões de trocas o demonstram. Cada mercadoria tomada à parte só é, portanto, representada por uma certa porção de tempo de trabalho *socialmente necessário*. A grandeza do valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria dada, de um valor de uso dado. “Ao equiparar os seus diversos produtos na troca como valores, os homens equiparam os seus diversos trabalhos como trabalho humano. Não se dão conta, mas fazem-no”. O valor é uma relação entre duas pessoas, disse um velho economista; devia simplesmente ter acrescentado: uma relação escondida sob o invólucro das coisas. É somente considerando o sistema das relações sociais de produção de uma formação histórica determinada, relações que aparecem no fenômeno da troca, que se repete bilhões de vezes, que podemos compreender o que é o valor. “Enquanto valores, todas as mercadorias são apenas trabalho humano cristalizado”. Após uma análise aprofundada do duplo caráter do trabalho incorporado nas mercadorias, Marx passa a examinar a *forma do valor e do dinheiro*. Com isto, a principal tarefa a que se entrega é a de procurar a *origem* da forma monetária do valor, de estudar o *processo histórico* do desenvolvimento da troca, começando pelos atos de troca particulares e fortuitos (“forma simples, particular ou acidental do valor”: uma quantidade determinada de uma mercadoria é trocada por uma quantidade determinada de uma outra mercadoria), para passar à forma geral do valor, quando várias mercadorias diferentes são trocadas por uma só e mesma mercadoria, terminando pela forma monetária do valor, em que o ouro aparece como essa mercadoria determinada, como o equivalente geral. Produto supremo do desenvolvimento da troca e da produção mercantil, o dinheiro enfraquece, dissimula o caráter social do trabalho individual, o laço social entre os diversos produtores ligados uns aos outros pelo mercado. Marx submete a uma análise extremamente pormenorizada as diversas funções do dinheiro, e é importante sublinhar que também aqui (como nos primeiros capítulos de *O Capital*) a forma

abstrata da exposição, que parece por vezes puramente dedutiva, reproduz realmente uma documentação extremamente rica sobre a história do desenvolvimento da troca e da produção mercantil. “A troca dos produtos deve revestir já a forma da circulação das mercadorias para que o dinheiro possa entrar em cena. As suas funções diversas como simples equivalente, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, fundo de reserva, etc., indicam, por sua vez, pela predominância comparativa de uma sobre outra, fases muito diversas da produção social.” (*O Capital*, Livro I).

### A mais-valia

Num certo grau de desenvolvimento da produção das mercadorias, o dinheiro se transforma em capital. A fórmula da circulação das mercadorias era: M (mercadoria) - D (dinheiro) - M (mercadoria), quer dizer, venda de uma mercadoria para compra de outra. A fórmula geral do capital é, pelo contrário: D - M - D, quer dizer, compra para venda (com um lucro). É a este aumento do valor primitivo o dinheiro posto em circulação que Marx chama mais-valia. Este “aumento” o dinheiro na circulação capitalista é um fato conhecido de todos. É precisamente este “aumento” que transforma o dinheiro em capital, ou seja, numa relação social de produção historicamente determinada. A mais-valia não pode provir da circulação das mercadorias, porque esta última só conhece a troca de equivalentes; não pode também provir de aumento dos preços, dado que as perdas e os lucros recíprocos dos compradores e vendedores se equilibrariam; ora, trata-se de um fenômeno social, médio, generalizado, e de maneira alguma de um fenômeno individual. Para obter mais-valia “seria necessário que o possuidor do dinheiro tivesse a sorte de descobrir, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor usual possuísse a virtude particular de ser fonte de valor”, uma mercadoria cujo processo de consumo fosse simultaneamente um processo de criação de valor. Ora, essa mercadoria existente: é a força de trabalho humano. O seu consumo é o trabalho, e o trabalho cria valor. O possuidor do dinheiro compra a força de trabalho pelo seu valor, determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção (quer dizer, pelo custo do sustento do operário e da sua família). Tendo comprado a força de trabalho, o possuidor do dinheiro tem o direito de consumi-la, quer dizer, de obrigá-la a trabalhar durante um dia interio, suponhamos durante doze horas. Mas em seis horas (tempo de trabalho “necessário”), o operário cria um produto que cobre as despesas do seu sustento e, durante as outras seis horas (tempo de trabalho “suplementar”), cria um produto “suplementar” não retribuído pelo capitalista, que é a mais-valia. Por conseguinte, do ponto de vista do processo da produção é necessário distinguir duas partes no capital: o *capital constante*, investido nos meios de produção (máquinas, instrumentos de trabalho, matérias-primas, etc.), cujo valor passa sem modificação (de uma só vez ou por partes) para o produto acabado, e o *capital variável*, empregado para pagar a força de trabalho. O valor deste capital não fica imutável; aumenta no processo de produção, criando mais-valia. Do mesmo modo, para exprimir o grau de exploração da força de trabalho pelo capital é necessário comparar a mais-valia não ao capital total, mas unicamente ao capital variável. A taxa de mais-valia, nome dado por Marx a essa relação, será, no nosso exemplo, de 6/6 ou de 100%.

O aparecimento do capital implica condições históricas prévias:

1) a acumulação de uma certa soma do dinheiro nas mãos de particulares, num estágio já relativamente elevado da produção mercantil;

2) a existência de operários “livres” sob dois pontos de vista: livres de qualquer coação e de qualquer restrição quanto à venda da sua força de trabalho, e livres por não terem terras nem meios de produção em geral, de operários sem senhores, de operários “proletários” que só podem subsistir vendendo sua força de trabalho.

O aumento da mais-valia é possível graças a dois processos fundamentais: o prolongamento da jornada de trabalho (“mais-valia absoluta”) e a redução do tempo de trabalho necessário (“mais-valia relativa”). Examinando o primeiro processo, Marx esboça um quadro

grandioso da luta da classe operária pela redução da jornada de trabalho e da intervenção do poder do Estado primeiro para a prolongar (séculos XIV a XVII) e depois para a diminuir (legislação fabril do século XIX). Depois da publicação de *O Capital*, a história do movimento operário em todos os países civilizados do mundo forneceu milhares e milhares de fatos novos que ilustram este quadro.

Na sua análise da produção da mais-valia relativa, Marx estuda as três etapas históricas fundamentais no processo de intensificação da produtividade do trabalho pelo capitalismo:

- 1) a cooperação simples;
- 2) a divisão do trabalho e a manufatura;
- 3) as máquinas e a grande indústria.

A profundidade da análise de Marx revela os traços fundamentais e típicos do desenvolvimento do capitalismo; é o que confirma, entre outras coisas, o fato de o estudo da chamada indústria “artesanal” russa fornecer uma documentação muito abundante ilustrando duas primeiras dessas três etapas. Quanto à ação revolucionária da grande indústria mecanizada descrita por Marx em 1867, ela se manifestou, no decurso do meio século decorrido desde então, em vários países “novos” (Rússia, Japão, etc.).

Continuemos. O que há de novo e extremamente importante em Marx é a análise da *acumulação do capital*, isto é, da transformação de uma parte da mais-valia em capital e do seu emprego não mais para satisfazer as necessidades pessoais ou os caprichos do capitalista, mas para voltar a produzir. Marx mostrou os erros de toda a economia política clássica anterior (desde Adam Smith), segundo a qual toda a mais-valia transformada em capital passava a fazer parte do capital variável. Enquanto que, na realidade, ela se decompõe em *meios de produção* e em capital variável. O crescimento mais rápido da parte do capital constante (no montante total do capital) em relação ao crescimento da parte do capital variável é de uma importância considerável no processo de desenvolvimento do capitalismo e da sua transformação em socialismo.

Acelerando a substituição dos operários pelas máquinas e criando num pólo a riqueza e a miséria no outro, a acumulação do capital gera, assim, o chamado “exército de reserva do trabalho”, o “excedente relativo” de operários ou “superpopulação capitalista”, que se reveste de formas extremamente variadas e permite ao capital ampliar muito rapidamente a produção. Esta possibilidade, combinada com o crédito e a acumulação de capital em meios de produção, nos dá, entre outras, a explicação das *crises* de superprodução que aparecem periodicamente nos países capitalistas, aproximadamente de dez em dez anos no início, depois em intervalos menores e menos fixos. É necessário distinguir entre acumulação do capital na base do capitalismo e a acumulação primitiva, quando se separa pela violência o trabalhador dos meios de produção, se expulsa os camponeses das suas terras, se roubam as terras comunais e imperam o sistema colonial e o sistema das dívidas públicas, as tarifas alfandegárias protecionistas, etc. A “acumulação primitiva” cria, num pólo, o proletário “livre”, no outro, o detentor do dinheiro, o capitalista.

A “*tendência histórica da acumulação capitalista*” é caracterizada por Marx nesses termos célebres: “A expropriação dos produtores imediatos faz-se com um vandalismo implacável que estimula os motivos mais hediondos, as paixões mais sórdidas e mais odiosas na sua mesquinhez. A propriedade privada, fundada no trabalho pessoal (do camponês e do artífice), esta propriedade que funde, por assim dizer, o trabalhador isolado e autônomo com as condições exteriores do trabalho, vai ser suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem, no salariado... O que agora há a expropriar não é o trabalhador independente, mas o capitalista, o chefe de um exército ou pelotão de assalariados. Esta expropriação se cumpre pelo jogo das leis imanentes da produção capitalista, as quais levam à concentração de capitais. Correlativamente a esta centralização, à expropriação de um grande número de capitalistas por um punhado deles, a ciência e a técnica são aplicadas em uma escala cada vez maior, a exploração metódica e sistemática da terra, a transformação do utensílio em instrumento exigindo, para serem eficazes, um arranque coletivo e, por conseguinte, a economia dos meios de produção, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado universal, daí o caráter internacional imprimido ao regime capitalista. À medida que diminui o número dos

potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste período de evolução social, crescem a miséria, a opressão, a escravatura, a degradação, a exploração, mas também a resistência da classe operária, em crescimento permanente e cada vez mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que cresceu e prosperou com ele e graças a ele. A socialização do trabalho e a centralização dos seus recursos materiais atingem um ponto tal em que não podem mais manter-se no seu invólucro capitalista. Este invólucro estala. A hora da propriedade capitalista soou. Os expropriadores são por sua vez expropriados”. (*O Capital*, Livro I).

Outro ponto extraordinariamente importante e novo é a análise feita por Marx no Livro II de *O Capital* da reprodução do conjunto do capital social tomado no seu conjunto. Também aqui, ele considera não um fenômeno individual, mas um fenômeno geral, não uma fração da economia social, mas a totalidade desta última. Corrigindo o erro atrás mencionado dos economistas clássicos, Marx divide a produção social em duas grandes seções:

I) a produção dos meios de produção;

II) a produção dos artigos de consumo;

A partir daí, examina em pormenor, com o apoio de dados numéricos, a circulação do capital social em seu conjunto, tanto na reprodução simples como no caso da acumulação. No Livro III de *O Capital*, encontra-se resolvido, segundo a lei do valor, o problema da *taxa média de lucro*. A obra de Marx constitui um progresso considerável na ciência econômica porque a sua análise parte de fenômenos de massa, de conjunto, da economia social e não de casos isolados ou do aspecto exterior superficial da concorrência, aos quais se limitam várias vezes a economia política ou a moderna “teoria da utilidade marginal”<sup>7</sup>. Marx examinava em primeiro lugar a origem da mais-valia e só em seguida examina a sua decomposição em lucro, juro e renda da terra. O lucro é a relação da mais-valia com o conjunto do capital investido numa empresa. O capital de “composição orgânica elevada” (quer dizer, onde o capital constante ultrapassa o capital variável numa proporção superior à média social) dá uma taxa de lucro inferior à média. O capital de “composição orgânica baixa” dá uma taxa de lucro superior à média. A soma dos valores de todas as mercadorias numa sociedade coincide com a soma dos preços das mercadorias, mas em cada empresa e em cada ramo da produção tomada à parte, a concorrência faz com que as mercadorias sejam vendidas não pelo seu valor, mas pelo *preço da produção*, que é igual ao capital gasto acrescido do lucro médio.

Assim, a diferença entre o preço e o valor e a igualização do lucro, fatos incontestáveis e conhecidos de todos, são perfeitamente explicados por Marx graças à lei do valor, porque a soma dos valores de todas as mercadorias é igual à soma dos seus preços. Contudo, a redução do valor (social) aos preços (individuais) não se opera de modo simples e direto, mas de uma maneira muito complicada; é absolutamente natural que, numa sociedade de produtores de mercadorias dispersos, que apenas estão ligados entre si pelo mercado, as leis só se possam exprimir numa forma média social, geral, pela compensação recíproca dos desvios individuais de um e de outro lado desta média.

O aumento da produtividade do trabalho implica um crescimento mais rápido do capital constante em relação ao capital variável. Ora, sendo a mais-valia função apenas do capital variável, compreende-se que a taxa de lucro (a relação da mais-valia com o conjunto do capital, e não somente com a sua parte variável) tenha tendência a baixar. Marx analisa minuciosamente esta tendência, assim como as circunstâncias que a mascaram ou contrariam. Saltemos capítulos extremamente interessantes do Livro II consagrados ao capital usuário, ao capital comercial e ao capital moeda, e aprofundemos o essencial: a *teoria da renda de terra*. Sendo a superfície do solo limitada e estando, nos países capitalistas, inteiramente ocupada por proprietários particulares, o custo de produção dos produtos da terra é determinado pelos gastos de produção, não nos terrenos de qualidade média, mas nos da pior qualidade, e pelas condições de transporte (não médias, mas pelas mais desfavoráveis) dos produtos para o mercado. A diferença entre este preço e o preço de produção num terreno de qualidade superior (ou em melhores condições) constitui a renda *diferencial*. Pelo estudo pormenorizado desta renda, demonstrando que ela provém da diferença de fertilidade dos terrenos e da diferença de fundos investido na agricultura, Marx expõe (veja igualmente as *Teorias da Mais-Valia*, onde a crítica a Rodbertus merece uma

atenção particular) o erro de Ricardo ao pretender que a renda diferencial só se obtêm pela conversão gradual dos melhores terrenos em terrenos de qualidade inferior.

Pelo contrário, transformações inversas produzem-se igualmente: terrenos de uma certa categoria transformaram-se em terrenos de uma outra categoria (devido ao progresso da técnica agrícola, do crescimento das cidades, etc.) e a famosa “lei da fertilidade decrescente do solo” é um erro profundo que tende a culpar a natureza pelos defeitos, limitações e contradições do capitalismo. Além disso, a igualdade do lucro, em todos os ramos da indústria e da economia nacional em geral, supõe uma liberdade completa da concorrência, a liberdade de transferir o capital de um ramo para o outro. Mas a propriedade da terra cria um monopólio e um obstáculo a essa livre concorrência. Em virtude desse monopólio, os produtos da agricultura, que se distingue por uma composição orgânica inferior do capital e, por isso, por uma taxa de lucro individual mais elevada, não entram no jogo livre da igualização da taxa de lucro; o proprietário pode usar o seu monopólio da terra para manter o preço acima da média; e este preço para a renda *absoluta*. A renda diferencial não pode ser abolida em regime capitalista; pelo contrário, a renda absoluta *pode sê-lo*, por exemplo, pela nacionalização do solo, logo que este se torna propriedade do Estado. A passagem do solo para o Estado minaria o monopólio dos proprietários privados e abriria o caminho a uma liberdade de concorrência mais conseqüente e mais completa na agricultura. Eis porque, diz Marx, os burgueses radicais, mais do que uma vez na história, formularam esta reivindicação burguesa progressiva da nacionalização da terra que, todavia, apavora a maior parte da burguesia, porque toca de demasiado perto um outro monopólio que atualmente é muito mais importante e “sensível”: o monopólio dos meios de produção em geral. (Esta teoria do lucro médio produzido pelo capital e da renda absoluta foi exposta por Marx em linguagem notavelmente popular, concisa e clara na sua carta a Engels datada de 2 de agosto de 1862. Veja também a sua carta de 9 de Agosto de 1862). É igualmente importante assinalar, a propósito da história da renda da terra, a análise em que Marx demonstra a transformação da renda em trabalho (quando o camponês, trabalhando a terra do senhor, cria um sobreproduto) em renda em produtos ou renda em espécie (quando o camponês cria na sua própria terra um sobreproduto que entrega ao proprietário em virtude de uma “coerção extra-econômica”), depois em renda em dinheiro (que é a renda em espécie transformada em dinheiro – na Rússia antiga o *obrok* – em virtude do desenvolvimento da produção de mercadorias) e, finalmente, em renda capitalista quando o camponês é substituído pelo empresário agrícola, cultiva a sua terra com a ajuda do trabalho assalariado. A propósito desta análise da “gênese da renda capitalista da terra”, assinalemos alguns pensamentos profundos de Marx (particularmente importantes para os países atrasados, tais como a Rússia) sobre a *evolução do capitalismo na agricultura*. “Com a transformação da renda em espécie em renda em dinheiro constitui-se necessariamente, ao mesmo tempo, e mesmo anteriormente, uma classe de jornaleiros não possuidores que trabalham a troco de um salário. Enquanto esta classe se constitui e enquanto se manifesta apenas esporadicamente, os camponeses abastados, sujeitos ao pagamento de uma renda, adquirem naturalmente o hábito de explorar por sua própria conta assalariados agrícolas, assim como no regime feudal os servos abastados tinham por sua vez outros servos ao seu serviço. Daqui resultou para eles a possibilidade de acumularem, pouco a pouco, uma certa fortuna e de se transformarem em futuros capitalistas. Entre os antigos possuidores da terra que a explora independentemente, cria-se assim um viveiro de rendeiros capitalistas, cujo desenvolvimento é condicionado pelo desenvolvimento da produção capitalista fora da agricultura”. (*O Capital*, III, p. 332). “A expropriação e a expulsão da aldeia de uma parte da população camponesa não só ‘libertam’ para o capital industrial os operários, os seus meios de subsistência e os seus instrumentos de trabalho, como lhe criam, além disso, o mercado interno” (*O Capital*, I, p. 778). A pauperização e a ruína da população dos campos desempenham, por sua vez, um papel na criação de um exército operário de reserva à disposição do capital. Em qualquer país capitalista “uma parte da população dos campos encontra-se sempre, portanto, pronta a converter-se em população urbana ou manufatureira (quer dizer, não agrícola). O operário agrícola encontra-se, por conseqüência, reduzido a um mínimo de salário, com um pé já na lama do pauperismo” (*O Capital*, I, 668). A propriedade privada do camponês da terra que ele mesmo cultiva constitui a base da pequena produção, a condição da sua prosperidade e do seu acesso a uma forma clássica.

Mas esta pequena produção só é compatível com o quadro primitivo estreito da produção e da sociedade. Em regime capitalista, a “exploração dos camponeses não se distingue senão formalmente da exploração do proletariado industrial. O explorador é o mesmo: *o capital*. Os capitalistas tomados isoladamente exploram os camponeses tomados isoladamente pelas hipotecas e pela usura. A classe capitalista explora a classe camponesa pelo imposto de Estado”. (*As Lutas de Classes na França*). “A parcela do camponês é apenas o pretexto que permite ao capitalista tirar da terra lucro, juro e renda e de deixar ao próprio camponês o cuidado de ver como conseguirá obter o seu próprio salário” (*O 18 Brumário*). Normalmente, o camponês entrega à sociedade capitalista, quer dizer, à classe capitalista, uma parte do seu salário e desce assim “ao nível do rendeiro irlandês, tudo isto sob a aparência de proprietário privado” (*As Lutas de Classes na França*). Qual é “uma das razões que fazem com que, nos países em que a propriedade parcelária predomina, o preço do trigo seja menos elevado que nos países de modo de produção capitalista?” (*O Capital, III*, p. 340). A razão é que o camponês entrega gratuitamente à sociedade (quer dizer, à classe dos capitalistas) uma parte do seu subproduto. “Este preço pouco elevado (do trigo e dos outros produtos agrícolas) resulta, portanto, da pobreza dos produtores e não da produtividade do seu trabalho (*ibid.*). Em regime capitalista, a pequena propriedade agrária, forma normal da pequena produção, degrada-se, é destruída e desaparece. “Pela sua natureza, a propriedade parcelária exclui o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, a criação de animais em grande escala, a aplicação crescente da ciência. Em toda parte, a usura e o sistema fiscal o arruinam fatalmente. O capital investido na compra da terra é retirado à cultura”. Os meios de produção são infinitamente fragmentados. Os produtores são disseminados. (As cooperativas, isto é, as associações de pequenos camponeses, que desempenham um papel progressivo burguês dos mais consideráveis, apenas podem enfraquecer essa tendência, mas não suprimi-la; não nos podemos também esquecer que estas tais cooperativas dão muito aos camponeses abastados, e muito pouco ou quase nada à massa dos camponeses pobres para, finalmente, estas mesmas associações acabarem por explorar o trabalho assalariado). “Há um desperdício enorme de força humana. O agravamento das condições de produção e o encarecimento dos meios de produção são as leis necessárias da propriedade parcelária”. Na agricultura, como na indústria, a transformação capitalista da produção parece ser apenas o “martirólogo dos produtores”. “A disseminação dos trabalhadores agrícolas por maiores áreas quebra a sua força de resistência, ao passo que a concentração aumenta a dos operários urbanos. Na agricultura moderna capitalista, do mesmo modo que na indústria das cidades, o crescimento da produtividade e o rendimento superior do trabalho compram-se ao preço da destruição e do esgotamento da força do trabalho. Por outro lado, cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente na arte de despojar o trabalhador, mais ainda na arte de despojar o solo. A produção capitalista não desenvolve, portanto, a técnica e a combinação do processo de produção social senão pelo esgotamento simultâneo das duas fontes de onde jorra toda a riqueza: a terra e o operário”. (*O Capital*, Livro I, fim do 13º capítulo)

## O Socialismo

Pelo exposto, vê-se Marx concluir pela transformação inevitável da sociedade capitalista em sociedade socialista a partir única e exclusivamente da lei econômica do movimento da sociedade moderna. A socialização do trabalho, que progride sempre mais rapidamente de mil maneiras diferentes, e que durante o meio século passado depois da morte de Marx, se manifestou, sobretudo, pela extensão da grande indústria, dos cartéis, dos sindicatos e dos trustes capitalistas, e também pelo imenso crescimento das proporções e do poder do capital financeiro: eis a principal base material do inevitável advento do socialismo. O motor intelectual e moral, o agente físico desta transformação, é o proletariado educado pelo próprio capitalismo. A luta do proletariado contra a burguesia, revestindo formas diversas e cada vez mais ricas de conteúdo,



torna-se inevitavelmente uma luta política tendente à conquista do poder político (“ditadura do proletariado”). A socialização da produção não pode deixar de culminar na transformação dos meios de produção em propriedade social, numa “expropriação dos expropriadores”. O enorme aumento da produtividade do trabalho, a redução da jornada de trabalho, a substituição dos vestígios das ruínas da pequena propriedade, primitiva e disseminada, pelo trabalho coletivo aperfeiçoado, tais são as conseqüências diretas dessa transformação. O capitalismo rompe definitivamente a ligação da agricultura com a indústria, mas prepara ao mesmo tempo, pelo seu desenvolvimento a um nível superior, novos elementos desta ligação: a união da indústria com a agricultura na base de uma aplicação consciente da ciência, de uma coordenação do trabalho coletivo, de uma nova repartição da população (acabando com o isolamento do campo, com seu estado de abandono e de incultura, e também com a aglomeração antinatural de uma população enorme nas grandes cidades). As formas superiores do capitalismo moderno preparam uma nova forma de família, novas condições quanto à situação da mulher e à educação das novas gerações: o trabalho das mulheres e das crianças, a dissolução da família patriarcal pelo capitalismo, as formas mais terríveis, mais desastrosas e mais repugnantes. Contudo “a grande indústria, graças ao papel decisivo que atribui às mulheres, adolescentes e crianças, para além do círculo doméstico, em processos de produção socialmente organizados, não deixa por isso de criar a nova base econômica sobre a qual se erigirá uma forma superior da família e das relações entre os sexos. É tão absurdo considerar como absoluto e definitivo o modo germano-cristão da família como os seus modos oriental, grego e romano, os quais, aliás, formam entre si uma série progressiva. Mesmo a composição do trabalhador coletivo por indivíduos dos dois sexos e de qualquer idade, essa fonte de corrupção e de escravatura sob o reino capitalista, traz em si os germes de uma nova evolução social”. (*O Capital*, Livro I, fim do 13º capítulo). O sistema de fábrica mostra-nos “o germe da educação do futuro, educação que unirá para todas as crianças acima de uma certa idade o trabalho produtivo com a instrução e a ginástica, e isto não só como meio de aumentar a produção social, mas como único método suscetível de criar homens completos” (*ibid.*). É sobre a mesma base histórica que o socialismo de Marx coloca os problemas da nacionalidade e do Estado, não somente para explicar o passado, mas também para prever corajosamente o futuro e empreender uma ação audaciosa pela sua realização. As nações são um produto e uma forma inevitáveis da época burguesa da evolução das sociedades. A classe operária não teria podido fortificar-se, aguerrir-se, formar-se, sem “se organizar no quadro da nação”, sem ser “nacional” (“embora de modo algum no sentido burguês da palavra”). Mas o desenvolvimento do capitalismo destrói incessantemente as barreiras nacionais, destrói o isolamento nacional, substitui os antagonismos nacionais pelos antagonismos de classe. É por isso que nos países capitalistas desenvolvidos é perfeitamente verdade que “os operários não têm pátria” e que, pelo menos nos países civilizados, a sua “ação comum é uma das primeiras condições da emancipação do proletariado” (*Manifesto do Partido Comunista*). O Estado, essa violência organizada, surgiu inevitavelmente num certo grau de evolução da sociedade quando esta, dividida em classes irreconciliáveis, não teria podido subsistir sem um “poder” colocado pretensamente acima da sociedade e dela diferenciado até certo ponto. Nascido dos antagonismos de classe, o Estado torna-se “o Estado da classe mais poderosa, da que domina do ponto de vista econômico e que, graças a ele, se torna também classe politicamente dominante e adquire assim novos meios de dominar e explorar a classe oprimida. É assim que o Estado antigo era, antes de tudo, o Estado dos proprietários de escravos para dominar os escravos, como o Estado feudal foi o órgão da nobreza para dominar os camponeses servos e sujeitos a prestação de trabalho obrigatório em terra alheia, e como o Estado representativo moderno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital” (F. Engels: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, em que expõe as suas opiniões e as de Marx). Nem mesmo a forma mais livre e progressista do Estado burguês, a república democrática, elimina, seja de que forma for, este fato, mas modifica-lhe somente o aspecto (ligação do governo com a bolsa, corrupção direta e indireta dos funcionários e da imprensa, etc.). O socialismo, levando à supressão das classes, conduz por isso mesmo à supressão do Estado. “O primeiro ato no qual o Estado aparece realmente como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é simultaneamente o seu último ato como Estado”. A

intervenção de um poder de Estado nas relações sociais torna-se supérflua um setor após outro, e adormece então naturalmente. O governo das pessoas dá lugar à administração das coisas e à direção das operações de produção. O Estado não é “abolido”, extingue-se. (F. Engels: *Anti-Dühring*). “A sociedade, que reorganizará a produção na base de uma associação livre e igualitária dos produtores, relegará toda a máquina de Estado para onde será a partir daí o seu lugar: o museu das antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze”. (F. Engels: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*).

Finalmente, no que diz respeito à posição do socialismo de Marx em relação ao pequeno campesinato, que existirá ainda na época em que os expropriadores serão expropriados, importa mencionar esta declaração de Engels, que exprime o pensamento de Marx: quando nós estivermos na posse do poder de Estado, não poderemos pensar em expropriar pela força os pequenos camponeses (com ou sem indenização), como seremos obrigados a fazer com os grandes proprietários da terra. O nosso dever para com o pequeno camponês é, em primeiro lugar, fazer passar a sua propriedade e a sua exploração individuais para a exploração cooperativa, não o obrigando a isso, mas conduzindo-o aí por exemplos e pondo à sua disposição a ajuda da sociedade. Teremos, então, certamente, meios de sobra para apresentar ao pequeno camponês a perspectiva das vantagens que já hoje lhe têm de ser mostradas”. (F. Engels, *A Questão Camponesa na França e na Alemanha*, edição de Alexéiev. p. 17. A tradução russa contém erros. Veja o original na *Neue Zeit*<sup>8</sup>)

### **A tática da luta de classes do proletariado**

Tendo discernido, desde 1844-1845, uma das principais lacunas do antigo materialismo, que não tinha sabido compreender as condições nem apreciar o alcance da atividade prática revolucionária, Marx dedica durante toda a sua vida, paralelamente aos seus trabalhos teóricos, uma atenção permanente às questões da tática da luta de classes do proletariado. Todas as obras de Marx fornecem a este respeito uma rica documentação, em particular a sua correspondência com Engels, publicada em 1913, em quatro volumes. Esta documentação está longe de encontrar-se inteiramente recolhida, classificada, estudada e analisada. É esta a razão pela qual nos devemos limitar, aqui, a observações mais gerais e mais breves, sublinhando que, sem *este* aspecto, Marx considerava, com razão, o materialismo incompleto, unilateral e esclerosado. A tarefa essencial da tática do proletariado era definida por Marx em função da sua concepção materialista e dialética do mundo. Só o estudo objetivo do conjunto das relações de todas as classes, sem exceção, de uma dada sociedade e, por conseguinte, o conhecimento do grau objetivo do desenvolvimento desta última e das correlações entre ela e as outras sociedades, pode servir de base a uma tática justa da classe de vanguarda. Por outro lado, todas as classes e todos os países são considerados sob um aspecto não estático, mas dinâmico, isto é, não no estado de imobilidade, mas no seu movimento (movimento cujas leis derivam das condições econômicas de existência de cada classe). O movimento é por sua vez considerado do ponto de vista não apenas do passado, mas também do futuro, e não segundo a concepção dos “evolucionistas”, que só percebem as mudanças lentas, mas de um modo dialético: “Nos grandes desenvolvimentos históricos, escrevia Marx a Engels, vinte anos não são mais que um dia, ainda que, seguidamente, possam se apresentar dias que concentram em si vinte anos”. (*Correspondência*, T. III, p. 127)<sup>9</sup>. Em cada fase da evolução, em cada momento, a tática do proletariado deve ter em conta esta dialética objetivamente inevitável da história da humanidade: por um lado, aproveitando as épocas de estagnação política, ou seja, de desenvolvimento dito “pacífico”, avançando a passo de tartaruga, para aumentar a consciência, a força e a combatividade da classe de vanguarda, por outro lado, orientando todo este trabalho para o “objetivo final” desta classe e tornando-a capaz de cumprir praticamente grandes tarefas nas grandes jornadas “que concentram em si vinte anos”. Duas teses de Marx a este respeito são particularmente importantes. Uma, na *Miséria da Filosofia*, diz respeito à luta econômica e às organizações econômicas do

proletariado; a outra, no *Manifesto do Partido Comunista*, é relativa às tarefas políticas do proletariado. A primeira está assim enunciada: “A grande indústria concentra num só lugar uma multidão de pessoas entre si desconhecidas. A concorrência divide-os em função dos seus interesses. Mas a continuidade do salário, esse interesse comum que têm contra o seu patrão, reúne-os num mesmo pensamento de resistência-coligação... As coligações, primeiramente isoladas, formam-se em grupos e, diante do capital sempre reunido, a subsistência da associação torna-se mais importante para eles que a do salário...” Nesta luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários à batalha por vir. Uma vez chegada a este ponto, a associação toma caráter político. “Temos aqui o programa e a tática da luta econômica e do movimento sindical para dezenas de anos, para todo o longo período de preparação das forças do proletariado” para uma batalha por vir. Devemos relacionar isto com as numerosas indicações de Marx e Engels, baseadas na experiência do movimento operário inglês, que mostram como a “prosperidade” industrial suscita tentativas de “comprar o proletariado” (*Correspondência*, T. I, p. 136)<sup>10</sup>, de afastá-lo da luta; como essa prosperidade em geral “desmoraliza os operários” (II, 218); como o proletariado inglês “se aburguesa” – “a nação mais burguesa entre todas” (a nação inglesa) “parece querer finalmente possuir ao lado da burguesia uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês (II, 290)<sup>11</sup>; como a sua “energia revolucionária” desaparece (III, 124); como será necessário esperar mais ou menos longamente para que “os operários ingleses se libertem da sua visível contaminação burguesa” (III, 127); como o ardor dos cartistas<sup>12</sup> faz falta ao movimento operário inglês (1866; III, 305)<sup>13</sup>, como os líderes operários ingleses se tornam uma espécie de tipo intermediário “entre o burguês radical e o operário” (alusão a Holyoake, IV, 209); como, devido ao monopólio da Inglaterra e enquanto este monopólio subsistir, “nada se poderá fazer com os operários ingleses” (IV, 433)<sup>14</sup>. A tática da luta econômica, em relação com a marcha geral (*e com o resultado*) do movimento operário, é aqui examinada de um ponto de vista notavelmente vasto, universal, dialético e autenticamente revolucionário.

O *Manifesto do Partido Comunista* enunciou o princípio fundamental do marxismo no que diz respeito à tática da luta política: “Eles (os comunistas) combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas defendem, ao mesmo tempo, o futuro do movimento”. Partindo daí, Marx defende em 1848 o partido da “revolução agrária” da Polônia, “quer dizer, o partido que fez em 1846 a insurreição de Cracóvia”. Em 1848-1849, Marx defende a democracia revolucionária extrema na Alemanha e nunca mais alterou o que então disse a propósito da tática. Considerava a burguesia alemã como um elemento “predisposto, desde o princípio, a trair o povo” (só a aliança com o campesinato teria permitido à burguesia alcançar inteiramente os seus fins) “e estabelecer um compromisso com o representante coroado da velha sociedade”. Eis a análise final feita por Marx da situação de classe da burguesia alemã na época de revolução democrática burguesa. Esta análise é, aliás, um modelo de análise materialista que considera a sociedade no seu movimento, sem se limitar ao movimento voltado *para o passado*: “... sem fé em si própria, sem fé no povo, rosnando contra os grandes, tremendo diante dos pequenos... temendo o furacão universal; sem energia, plagiando em todos os sentidos... sem iniciativa; velho sobre o qual pesa a maldição, condenado a dirigir de acordo com os seus interesses senis os primeiros ímpetus de um povo jovem e robusto...”. (*Neue Rheinische Zeitung*, 1848, veja *Literarischer Nachlass*. T. III, p. 219)<sup>15</sup>. Cerca de vinte anos depois, numa carta a Engels (III, 224), Marx escrevia que a revolução de 1848 tinha falhado porque a burguesia tinha preferido a paz na escravatura perante a perspectiva de combater pela liberdade. Logo que se encerrou a época das revoluções de 1848-1849, Marx levantou-se contra qualquer tentativa de brincar às revoluções (luta contra Shapper-Willich), exigindo que se soubesse trabalhar na nova época que preparava, sob uma “paz” aparente, novas revoluções. O juízo seguinte de Marx sobre a situação na Alemanha de 1856, na época da mais sombria reação, mostra com que espírito ele entendia que o trabalho devia ser cumprido: “Na Alemanha, tudo dependerá da possibilidade de fazer apoiar a revolução proletária por uma reedição da guerra dos camponeses”. (*Correspondência*, II, 108)<sup>16</sup>. Enquanto não acabou na Alemanha a revolução democrática (burguesa), Marx dedicou toda a sua atenção, no que dizia respeito à tática do proletariado socialista, ao desenvolvimento da energia democrática do campesinato. Considerava que a

atitude de Lassalle era “objetivamente... uma traição em relação a todo o movimento operário em proveito da Prússia” (III, 210), designadamente porque favorecia os grandes proprietários de terras e o nacionalismo prussiano. “Num país essencialmente agrícola, é uma baixeza – escrevia Engels a Marx em 1865, a propósito de um projeto de declaração comum na imprensa – atacar, em nome do proletariado industrial, unicamente a burguesia, sem mesmo fazer alusão à exploração patriarcal, “exploração à paulada”, do proletariado rural pela grande nobreza feudal”. (III, 217)<sup>17</sup>. No período de 1864 a 1870, quando terminava na Alemanha a época da revolução democrática burguesa, época em que as classes exploradoras da Prússia e da Áustria disputavam entre si os meios de acabar esta revolução *pelo topo*, Marx não se limitava a condenar Lassalle pelas suas complacências para com Bismarck, mas corrigia também Liebknecht, que caía na “austrofilia” e defendia o particularismo<sup>18</sup>. Marx exigia uma tática revolucionária que combatesse tão implacavelmente tanto Bismarck como os austrófilos, o fidalgo prussiano, mas que revoasse imediatamente a luta revolucionária contra ele, *igualmente no terreno criado* pelas vitórias militares da Prússia (*Correspondência*, III, pp. 134, 136, 147, 179, 204, 210, 215, 418, 437, 400 e 441<sup>19</sup>). Na célebre “Mensagem” da Internacional datada de 9 de setembro de 1870, Marx prevenia o proletariado francês contra uma insurreição prematura, mas quando, apesar de tudo, ela se deu (1871), saudou com entusiasmo a iniciativa revolucionária das massas “subindo ao assalto do céu” (Carta de Marx a Kugelmann). A derrota do movimento revolucionário nesta situação, como em muitas outras, foi, à luz do materialismo dialético de Marx, um mal menor, do ponto de vista da marcha geral e do resultado da luta proletária, comparado com o que teria sido o abandono da posição ocupada, a capitulação sem combate: uma tal capitulação teria desmoralizado o proletariado, minado a sua combatividade. Apreciando pelo seu justo valor o emprego de meios legais de luta em período de estagnação política e de dominação da legalidade burguesa, Marx condenou muito vigorosamente em 1877-1878, após a promulgação da lei de exceção contra os socialistas<sup>20</sup>, a “frase revolucionária de um Most”, mas reprovou com igual energia, senão mais, o oportunismo que se tinha então apoderado momentaneamente do Partido Social-Democrata oficial, o qual não tinha sabido dar imediatamente provas de firmeza, tenacidade, espírito revolucionário e vontade, em resposta à lei de exceção, passando à luta ilegal. (*Correspondência*, T. IV pp. 397, 404, 418, 422,424<sup>21</sup>. Veja igualmente as cartas de Marx a Sorge).

<sup>1</sup>Os *Hegelianos de Esquerda* ou os *Jovens Hegelianos*. Corrente idealista na filosofia alemã dos anos 30-40 do século XIX; os seus adeptos tentaram extrair conclusões radicais da filosofia de Hegel para demonstrar a necessidade da transformação burguesa da Alemanha. Estas idéias eram partilhadas por D. Strauss, B. e E. Bauer, M. Stirner, etc., durante certo tempo por L. Feuerbach, assim como por Marx e Engels na sua juventude, que posteriormente romperam com esta corrente, pondo a nu a sua natureza idealista e pequeno-burguesa em *A Sagrada Família* (1844) e *A Ideologia Alemã* (1845-1846).

<sup>2</sup> A presente edição não contém lista de obras de Marx e de Engels, nem bibliografia sobre o marxismo.

<sup>3</sup> Trata-se do artigo de Marx “Reabilitação do Correspondente de Moselle”.

<sup>4</sup> Alusão a uma fórmula de Marx na sua obra *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*.

<sup>5</sup> Do nome de Bakunin, ideólogo do anarquismo, inimigo encarniçado do marxismo e do socialismo científico. Os bakuninistas travaram uma áspera luta contra a teoria marxista e contra a tática do movimento operário. Negam o Estado, bem como a ditadura do proletariado, ignorando o papel histórico da classe operária. Bakunin lançou a idéia de “Igualização” das classes, de agrupamento “das associações livres” pela base. Uma sociedade revolucionária secreta constituída por personalidades “notáveis” deveria se colocar à cabeça dos motins populares espontâneos; os bakuninistas consideravam que o campesinato russo estava pronto para se insurgir. Esta tática aventureira dos *complots*, dos motins e do terror era hostil à teoria do marxismo sobre a insurreição. O bakuninismo foi uma das fontes do populismo.

<sup>6</sup> Restauração: período da história da França (1814-1830) durante o qual os Bourbons derrubados pela Revolução burguesa de 1792, foram reinstalados no trono.

<sup>7</sup> Teoria da utilidade marginal: teoria econômica vulgar apologistas da burguesia que surgiu na década de 70 do século XIX em oposição à teoria do valor do trabalho de Marx. Segundo essa teoria, o valor das mercadorias determina-se apenas pela sua utilidade para os homens e não depende da quantidade do trabalho social gasto com a sua produção.

<sup>8</sup> “Die Neue Zeit” (Os Tempos Novos): revista teórica da social-democracia alemã, que foi publicada em Stuttgart de 1883 a 1923. Até outubro de 1917 teve como diretor K. Kaustky e, depois de 1917, H. Cunow. De 1885 a 1895 a revista publicou artigos de Marx e de Engels. Este último ajudou várias vezes com os seus conselhos o comitê da

redação e criticou-o severamente quando ele se afastou do marxismo. *Die Neue Zeit* inseriu também artigos de Mehring, de Lafarge e de outros chefes do movimento operário internacional. A partir da segunda metade dos anos 90, após a morte de Engels, a revista se tornou porta-voz de idéias oportunistas e publicou sistematicamente artigos revisionistas. No decurso da I Guerra Mundial, *Die Neue Zeit* adotou uma posição centrista e, praticamente, apoiou os sociais-chauvinistas.

<sup>9</sup> Veja carta de Marx a Engels datada de 9 de abril de 1863.

<sup>10</sup> Veja carta de Engels a Marx datada de 5 de fevereiro de 1851.

<sup>11</sup> Veja carta de Engels a Marx datada de 7 de outubro de 1858.

<sup>12</sup> O cartismo (do inglês “Carter”) é um movimento revolucionário de massa dos operários ingleses, engendrado por uma situação difícil e pela ausência de direitos políticos. O movimento começou por volta de 1840 com concentrações e manifestações grandiosas e prosseguiu, com algumas interrupções até 1850. A derrota do movimento cartista explica-se, principalmente, pela ausência de uma direção proletária, revolucionária e conseqüente, e de um programa claramente formulado.

<sup>13</sup> Veja carta de Engels a Marx datada de 8 de abril de 1863; de Marx a Engels, de 9 de abril de 1863 e de 2 de abril de 1866.

<sup>14</sup> Veja carta de Engels a Marx datada de 19 de novembro de 1869 e de 11 de agosto de 1881.

<sup>15</sup> Veja Karl Marx, *A Burguesia e a Contra-Revolução*. Segundo artigo.

<sup>16</sup> Veja carta de Marx a Engels datada de 16 de abril de 1856.

<sup>17</sup> Veja cartas de Engels a Marx de 27 janeiro e de 5 de fevereiro de 1865.

<sup>18</sup> *Particularismo*: tendência de certas partes ou regiões de um estado para conservar os costumes locais e os direitos à autonomia.

<sup>19</sup> Veja cartas de Engels a Marx de 11 de junho e de 24 de novembro de 1863, de 4 de setembro, de 27 de janeiro de 1865 e 6 de dezembro de 1867, assim como as cartas de Marx a Engels de 12 de junho de 1863, de 10 de dezembro de 1864, de 3 de fevereiro de 1865 e de 17 de dezembro de 1867.

<sup>20</sup> *A lei de exceção contra os socialistas* foi promulgada na Alemanha em 1878 pelo governo de Bismarck para reprimir o movimento operário socialista. Proibia todas as organizações do partido social-democrata, as organizações operárias de massa, a imprensa operária; as publicações socialistas eram confiscadas. Os social-democratas eram perseguidos e deportados. Contudo as repressões policiais não destruíram o partido que desenvolveu uma atividade clandestina, editou no estrangeiro o *Social-Democrata*, seu órgão central, convocava regularmente os congressos (1880, 1883, 1887), na Alemanha, organizações e grupos clandestinos formaram-se sob orientação de um C.C. ilegal. Ao mesmo tempo, o partido aproveitou todas as possibilidades legais para reforçar as suas ligações com as massas. O seu prestígio crescia: durante as eleições para o Reichstag, o número de sufrágios obtidos pelos social-democratas triplicou de 1878 a 1890. Marx e Engels ajudavam ativamente os social-democratas alemães. Sob a pressão do movimento das massas operárias, esta lei foi revogada em 1890.

<sup>21</sup> Veja cartas de Marx a Engels de 23 de julho, de 1º de agosto de 1877 e de 10 de setembro de 1879, assim como as cartas de Engels a Marx de 20 de agosto e de 9 de setembro de 1879.

## FRIEDRICH ENGELS

Friedrich Engels faleceu em Londres a 5 de agosto (24 de julho pelo antigo calendário russo) de 1895. Depois de seu amigo Karl Marx (morto em 1883), Engels foi o mais notável sábio e educador do proletariado contemporâneo em todo o mundo civilizado. Desde o dia em que as circunstâncias juntaram Karl Marx e Friedrich Engels, a obra de toda a vida dos dois amigos tornou-se o fruto da sua atividade comum. Assim, para compreender o que Friedrich Engels fez pelo proletariado é necessário ter-se uma idéia precisa do papel desempenhado pela doutrina e atividade de Marx no desenvolvimento do movimento operário contemporâneo. Marx e Engels foram os primeiros a mostrar que a classe operária e as suas reivindicações são um produto necessário do regime econômico atual que cria e organiza inevitavelmente o proletariado, ao mesmo tempo que a burguesia; mostraram que não são as tentativas bem intencionadas dos homens de coração generoso que libertarão a humanidade dos males que hoje a esmagam, mas a luta de classes do proletariado organizado. Marx e Engels foram os primeiros a explicar, nas suas obras científicas, que o socialismo não é uma quimera, mas o objetivo final e o resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas da atual sociedade. Toda a história escrita até os nossos dias foi a história da luta de classes, do domínio e das vitórias de certas classes sociais sobre outras. E este estado de coisas continuará enquanto não tiverem desaparecido as bases da luta das classes e do domínio de classe: a propriedade privada e a anarquia da produção social. Os interesses do proletariado exigem a destruição dessas bases, contra as quais deve, pois, ser orientada a luta de classes consciente dos operários organizados. Ora, toda a luta de classe é uma luta política.

Todo o proletariado que luta pela sua emancipação tornou hoje suas estas concepções de Marx e Engels; mas, nos anos 1840, quando os dois amigos começaram a colaborar em publicações socialistas e a participar nos movimentos sociais da sua época, eram inteiramente novas. Então, eram numerosos os homens de talento ou sem talento, honestos ou desonestos, que, dando-se inteiramente à luta pela liberdade política contra a arbitrariedade dos reis, da polícia e do clero, não viam a oposição dos interesses da burguesia e do proletariado. Não admitiam sequer a idéia dos operários poderem agir como força social independente. Por outro lado, um bom número de sonhadores, entre os quais alguns eram geniais, pensavam que seria suficiente convencer os governantes e as classes dominantes da iniquidade da ordem social existente, para fazer reinar sobre a terra a paz e a prosperidade universais. Sonhavam com um socialismo sem luta. Finalmente, a maior parte dos socialistas de então e, de um modo geral, os amigos da classe operária, não viam no proletariado senão uma chaga a cujo crescimento assistiam com horror à medida que a indústria se desenvolvia. Por isso todos procuravam o modo de parar o desenvolvimento da indústria e do proletariado, parar a “roda da história”. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do proletariado inspirava um medo geral, era no seu crescimento ininterrupto que Marx e Engels punham todas as suas esperanças. Quanto mais proletários houvesse e maior fosse a sua força como classe revolucionária, mais próximo e possível estaria o socialismo. Podem-se exprimir em algumas palavras os serviços prestados por Marx e Engels à classe operária dizendo que eles a ensinaram a conhecer-se e a tomar consciência de si mesma, e que substituíram as quimeras pela ciência.

Eis porque o nome e a vida de Engels devem ser conhecidos por cada operário; eis porque, na nossa compilação, cujo fim, como o de todas as nossas publicações, é acordar a consciência de classe dos operários russos, sentimos obrigação de dar um apanhado da vida e da atividade de Friedrich Engels, um dos dois grandes educadores do proletariado contemporâneo.

Engels nasceu em 1820, em Barmen, na província renana do reino da Prússia. O pai era um fabricante. Em 1838, Engels por motivos familiares, teve de abandonar os estudos no ginásio e entrar como empregado de balcão numa casa de comércio de Bremen. Suas ocupações comerciais não o impediram de trabalhar para complementar sua instrução científica e política. Desde o ginásio ele ganhara ódio ao absolutismo e à arbitrariedade da burocracia. Seus estudos de filosofia levaram-no ainda mais longe. Reinava, então, na filosofia alemã a doutrina de Hegel, e Engels tornou-se seu discípulo. Embora Hegel fosse, por seu lado, um admirador do Estado prussiano absolutista a serviço do qual se encontrava, na qualidade de professor da Universidade

de Berlim, sua *doutrina* era revolucionária. A fé de Hegel na razão humana e nos seus direitos, e o princípio fundamental da filosofia hegeliana segundo o qual o mundo é teatro de um processo permanente de transformação e desenvolvimento, conduziram aqueles dois discípulos do filósofo berlinense que não queriam acomodar-se à realidade, à idéia de que a luta contra a realidade, a luta contra a iniquidade existente e o mal reinante, também procede da lei universal do desenvolvimento perpétuo. Se tudo se desenvolve, se certas instituições são substituídas por outras, por que é que o absolutismo do rei da Prússia ou do czar da Rússia, o enriquecimento de uma ínfima minoria à custa de uma imensa maioria, o domínio da burguesia sobre o povo, deveriam se perpetuar? A filosofia de Hegel tratava do desenvolvimento do espírito e das idéias: era idealista. Do desenvolvimento do espírito, a filosofia de Hegel deduzia o desenvolvimento da natureza, do homem e das relações entre os homens no seio da sociedade. Retomando a idéia hegeliana de um processo perpétuo do desenvolvimento<sup>\*</sup>, Marx e Engels rejeitaram o idealismo preconcebido. O estudo da vida mostrou-lhes que não é o desenvolvimento do espírito que explica o da natureza, mas que, pelo contrário, é necessário explicar o espírito a partir da natureza, da matéria. Em oposição a Hegel e outros hegelianos, Marx e Engels eram materialistas. Partindo de uma concepção materialista do mundo e da humanidade, verificaram que, tal como todos os fenômenos da natureza têm causas materiais, igualmente o desenvolvimento da sociedade humana é condicionado pelo das forças materiais, as forças produtivas. Do desenvolvimento das forças produtivas dependem as relações que se estabelecem entre os homens na produção dos objetos necessários à satisfação das suas necessidades. E são estas relações que explicam todos os fenômenos da vida social, as aspirações do homem, suas idéias e suas leis. O desenvolvimento das forças produtivas cria relações sociais que se baseiam na propriedade privada, mas vemos hoje esse mesmo desenvolvimento das forças produtivas privar a maioria de toda propriedade e concentrar esta nas mãos de uma ínfima minoria. O desenvolvimento das forças produtivas elimina a propriedade, base da ordem social contemporânea, e tende ele próprio para o objetivo que se atribuíram os socialistas. Estes últimos devem apenas compreender qual a força social que, devido à sua situação na sociedade atual, está interessada na realização do socialismo, e inculcar nesta força a consciência dos seus interesses e da sua missão histórica. Esta força é o proletariado. Engels aprendeu a conhecê-lo na Inglaterra, em Manchester, centro da indústria inglesa, onde se fixou, em 1842, como empregado de uma casa de comércio em que seu pai tinha interesses. Engels não se contentou em trabalhar no escritório da fábrica; percorreu os bairros sórdidos em que viviam os operários e viu com seus próprios olhos a sua miséria e seus males. Mas não se limitou à sua observação pessoal: leu tudo o que antes dele se tinha escrito sobre a situação da classe operária inglesa, estudando escrupulosamente todos os documentos oficiais que pôde consultar. O fruto desses estudos e dessas observações foi um livro que saiu em 1845: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Já atrás, lembramos o principal mérito de Engels como autor dessa obra. Antes dele, muitos tinham descrito os sofrimentos do proletariado e assinalado a necessidade de lhe prestar ajuda. Engels foi o *primeiro* a declarar que o proletariado *não é só* uma classe que sofre, mas que a vergonhosa situação econômica em que se encontra o empurra irresistivelmente para frente e o obriga a lutar pela sua emancipação final. O proletariado em luta *ajudar-se-á a si mesmo*. O movimento político da classe operária levará, inevitavelmente, os operários a darem-se conta de que não há, para eles, outra saída senão o socialismo. Por seu lado, o socialismo só será uma força quando se tornar o objetivo da luta *política da classe operária*. Tais são as idéias mestras do livro de Engels sobre a situação da classe operária na Inglaterra, idéias que, hoje, o conjunto do proletariado que pensa, luta, fez suas, mas que eram, então, absolutamente novas. Essas idéias foram expostas numa obra cativante onde abundam os quadros mais verídicos e perturbantes da miséria do proletariado inglês. Esse livro era um terrível requisitório contra o capitalismo e a burguesia. Produziu uma impressão considerável. Em breve, por toda parte se referiam a ele como ao quadro mais fiel da situação do proletariado contemporâneo. Com efeito, nem antes

---

\* Marx e Engels declararam várias vezes que, em grande medida, o seu desenvolvimento intelectual era devido aos grandes filósofos alemães, e designadamente a Hegel. “Se não tivesse havido anteriormente a filosofia alemã, declara Engels, o socialismo científico alemão – o único socialismo que jamais houve – nunca teria sido fundado”<sup>22</sup>

nem depois de 1845 aparecera coisa alguma que desse uma imagem tão surpreendente e tão verdadeira dos males de que sofre a classe operária.

Engels só se tornou socialista na Inglaterra. Em Manchester ele se pôs em contato com os militantes do movimento operário inglês e escreveu para as publicações socialistas inglesas. Voltando à Alemanha em 1844, conheceu, em Paris, Marx, com quem se correspondia havia já algum tempo e que tinha igualmente se tornado socialista, durante a sua estada em Paris, sob a influência dos socialistas franceses e da vida francesa. Foi ali que os dois amigos escreveram em comum *A Sagrada Família ou a Crítica da Crítica Crítica*. Este livro, saído um ano antes de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, e do qual a maior parte foi escrita por Marx, lançou as bases desse socialismo materialista revolucionário de que atrás expusemos as idéias essenciais. *A Sagrada Família* era uma denominação jocosa dada a dois filósofos, os irmãos Bauer, e aos seus discípulos. Esses senhores pregavam uma crítica que se coloca acima de toda realidade, acima dos partidos e da política, repudia toda a atividade prática e limita-se a contemplar “com espírito crítico” (!!!) o mundo circundante e os acontecimentos que nele se produzem. Esses senhores tratavam o proletariado com ar superior, o considerado uma massa desprovida de espírito crítico. Marx e Engels levantaram-se categoricamente contra essa tendência absurda e nefasta. Em nome da personalidade humana real, do operário oprimido pelas classes dominantes e pelo Estado, exigem não uma atitude contemplativa, mas a luta por melhor organização da sociedade. É, evidentemente, no proletariado que eles vêem a força ao mesmo tempo capaz de conduzir essa luta e diretamente interessada em fazê-la triunfar. Antes de *A Sagrada Família*, Engels já tinha publicado, nos Anais Franco-Alemães de Marx e Ruge, *Os Ensaios Críticos sobre a Economia Política*<sup>23</sup>, em que analisava, de um ponto de vista socialista, os fenômenos essenciais do regime econômico moderno, conseqüências inevitáveis do reino da propriedade privada. São, incontestavelmente, suas relações com Engels que levam Marx a ocupar-se da economia política, ciência em que os seus trabalhos iam desencadear uma revolução total.

De 1845 a 1847 Engels viveu em Bruxelas e em Paris, desenvolvendo abertamente os estudos científicos e uma atividade prática entre os operários alemães daquelas duas cidades. Foi lá que Marx e Engels entraram em contato com uma sociedade secreta alemã, a Liga dos Comunistas, que os encarregou de expor os princípios fundamentais do socialismo elaborados por eles. Assim nasceu o célebre *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, editado em 1848. Essa brochura vale por muitos volumes; ela inspira e anima até hoje todo o proletariado organizado e combatente do mundo civilizado.

A revolução de 1848, que rebentou primeiro na França e ganhou em seguida outros países da Europa Ocidental, fez Marx e Engels regressarem à sua pátria. Lá, na Prússia renana, tomaram a direção da *Nova Gazeta Renana*, jornal democrático que saía em Colônia. Os dois amigos eram a alma das aspirações democráticas revolucionárias na Prússia renana. Defendiam até o fim os interesses do povo e da liberdade contra as forças da reação. Estas últimas, como se sabe, acabaram por triunfar. A *Nova Gazeta Renana* foi proibida. Marx, a quem durante sua emigração tinham tirado a nacionalidade prussiana, foi expulso. Quanto a Engels, tomou posse na insurreição armada do povo, combateu em três batalhas pela liberdade e, após a derrota dos insurretos, refugiou-se na Suíça, de onde se transferiu para Londres.

Foi igualmente em Londres que Marx veio fixar-se. Engels logo voltou a ser empregado de balcão, depois sócio da mesma casa de comércio de Manchester onde tinha trabalhado nos anos 1840. Até 1870 viveu em Manchester, e Marx em Londres, o que não os impedia de estar em estreita comunhão de idéias; escreviam-se quase todos os dias. Nessa correspondência, os dois amigos trocaram as suas opiniões e os seus conhecimentos e continuaram a elaborar em comum o socialismo científico. Em 1870, Engels veio fixar-se em Londres e a sua vida intelectual comum, cheia de uma atividade intensa prosseguiu até 1883, data da morte de Marx. Essa colaboração foi extremamente fecunda: Marx escreveu *O Capital*, a mais grandiosa obra de economia política do nosso século, e Engels, toda uma série de trabalhos, grandes e pequenos. Marx dedicou-se à análise dos fenômenos complexos da economia capitalista. Engels escreveu, num estilo fácil, obras muitas vezes polêmicas em que esclarecia os problemas científicos mais gerais e os diferentes fenômenos do passado e do presente, inspirando-se na concepção



materialista da história e na teoria econômica de Marx. Dentre esses trabalhos de Engels citaremos a sua obra polêmica contra Dühring (onde analisa questões capitais da filosofia, assim como das ciências naturais e sociais\*), *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (tradução russa saída em São Petersburgo, 3ª edição, 1805), *Ludwig Feuerbach* (tradução russa anotada por G. Plekanov, Genebra, 1892), um artigo sobre a política estrangeira do governo (traduzido em russo no *Social-Democrata* de Genebra, nº 1 e 2)<sup>26</sup>, notáveis artigos sobre o problema da habitação<sup>27</sup> e, finalmente, dois artigos curtos, mas de grande interesse, sobre o desenvolvimento econômico da Rússia (Estudos de Friedrich Engels sobre a Rússia<sup>28</sup>, tradução russa de Vera Zassulitch, Genebra, 1894). Marx morreu sem ter completado sua monumental obra, *O Capital*.

Mas o rascunho estava pronto, e foi Engels quem, após a morte do amigo, assumiu a pesada tarefa de pôr em ordem e publicar os livros II e III de *O Capital*. Editou o Livro II em 1885 e o Livro III em 1894 (não teve tempo de preparar o Livro IV)<sup>29</sup>. Estes dois livros exigiram um trabalho enorme da sua parte. O social-democrata austríaco Adler notou, muito justamente, que, editando os Livros II e III de *O Capital*, Engels ergueu, ao seu genial amigo, um grandioso monumento sobre o qual, sem dúvida, gravou o seu próprio nome em letras indeléveis. Esses dois livros de *O Capital* são, com efeito, obra de dois homens: Marx e Engels. Antigas narrativas contam exemplos tocantes de amizade. O proletariado da Europa pode dizer que a sua ciência foi criada por dois sábios, dois lutadores, cuja amizade ultrapassa tudo o que de mais comumente oferecem as narrativas dos antigos. Engels, com justa razão, regra geral, sempre se apagou diante de Marx. “Perto de Marx, escrevia ele a um velho amigo, fui sempre o segundo violino<sup>30</sup>”. Seu afeto por Marx enquanto vivo e a veneração por Marx desaparecido eram ilimitados. Esse militante austero e pensador tinha uma alma profundamente afetuosa.

Durante o seu exílio, que se seguiu ao movimento de 1848-1849, Marx e Engels só se ocuparam da ciência: Marx fundou em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores, em que segurou a direção durante dez anos; Engels desempenhou aí, igualmente, um papel considerável. A atividade da Associação Internacional que unia, seguindo o pensamento de Marx, os proletários de todos os países, teve uma influência capital no desenvolvimento do movimento operário. Mesmo após a sua dissolução, nos anos 1870, continuou a exercer-se o papel de Marx e Engels como centro de atração. Melhor: pode-se dizer que a sua importância como guias espirituais do movimento operário não cessou de crescer, pois o próprio movimento se desenvolvia sem parar. Após a morte de Marx, Engels continuou sozinho a ser o conselheiro e guia dos socialistas da Europa. Era a ele que vinham pedir conselhos e indicações tanto os socialistas alemães, cuja força crescia rapidamente apesar das perseguições governamentais, como os representantes dos países atrasados, espanhóis, romenos, russos, que davam então seus primeiros passos. Eles recorriam todos ao rico tesouro das luzes da experiência do velho Engels.

Marx e Engels, que conheciam o russo e liam as obras saídas nessa língua, interessavam-se vivamente pela Rússia, da qual seguiam com simpatia o movimento revolucionário e estavam em contato com os revolucionários locais. Ambos se tornaram socialistas depois de terem sido *democratas*, e o seu sentimento democrático de *ódio* pela arbitrariedade política era neles muito fortes. Este sentido político inato, aliado a uma profunda compreensão teórica da relação existente entre a arbitrariedade política e a opressão econômica, assim como a sua rica experiência, tinham tornado Marx e Engels muito sensíveis à relação *política*. Igualmente a luta teórica de um pequeno punhado de revolucionários russos contra o todo poderoso governo czarista encontrou o mais simpático eco no coração dos dois experimentados revolucionários. Pelo contrário, toda a veleidade de se afastar, em nome de pretensas vantagens econômicas, da tarefa mais importante e mais imediata dos socialistas russos – a conquista da liberdade política – parecia-lhe naturalmente suspeita; eles viam nisso uma traição pura e simples da grande causa da revolução social. “A emancipação do proletariado deve ser obra do próprio proletariado”; eis o que ensinavam constantemente Marx e Engels<sup>31</sup>. Ora, para poderem lutar por sua emancipação

---

\* É um livro notadamente rico de conteúdo e altamente instrutivo<sup>(24)</sup>. Lamentavelmente, apenas foi traduzida em russo um pequena parte que contém um balanço histórico do desenvolvimento do socialismo. *O Desenvolvimento do Socialismo Científico*, 2ª edição, Genebra, 1829<sup>(25)</sup>

econômica, o proletariado deve conquistar certos direitos políticos. Por outro lado, Marx e Engels davam-se perfeitamente conta de que a revolução política na Rússia teria também uma enorme importância para o movimento operário na Europa Ocidental.

A Rússia autocrática foi desde sempre uma fortaleza da reação européia. A situação internacional excepcionalmente favorável da Rússia em seguida à guerra de 1870, que semeou durante muito tempo a discórdia entre a França e a Alemanha, não podia evidentemente deixar de fazer aumentar a importância da Rússia autocrática como força reacionária. Só uma Rússia livre, que não tenha necessidade nem de oprimir os poloneses, os finlandeses, os alemães, os armênios e outros pequenos povos, nem de lançar incessantemente a França e a Alemanha uma contra a outra, permitirá à Europa libertar-se dos encargos militares que a esmagam e enfraquecerá todos os elementos reacionários na Europa, aumentando a força da classe operária européia. Eis porque Engels desejava tanto a instauração da liberdade política na Rússia no próprio interesse do movimento operário do ocidente. Os revolucionários russos perderam nele o seu melhor amigo.

A memória de Friedrich Engels, grande combatente e educador do proletariado, viverá eternamente!

Redigido no outono de 1895. Publicado pela primeira vez em 1896, na compilação  
“Rabotnik” nº 1 e 2.  
Conforme o texto das *obras*, tomo 2, pp.13-22 (edição francesa).

Notas:

<sup>22</sup> F. Engels. *Prefácio à A Guerra dos Camponeses na Alemanha*.

<sup>23</sup> Trata-se do escrito de F. Engels *Ensaio de Crítica Sobre a Economia Política*.

<sup>24</sup> Trata-se da obra de F. Engels *Anti-Dühring*.

<sup>25</sup> A tradução russa desta parte do livro de Engels apareceu em 1829 sob o título *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, composto de três capítulos do *Anti-Dühring*.

<sup>26</sup> Lênin faz alusão ao artigo de Engels *A Política Exterior do Czarismo Russo* publicado nos dois primeiros fascículos do Social-Democrata e que tinha por título *A Política Estrangeira do Império Russo*.

*Social-democrata*, revista política e literária editada no estrangeiro (Londres-Genebra) pelo grupo “Libertação do Trabalho” de 1890 a 1892. Desempenhou um papel importante na propagação das idéias marxistas na Rússia, apareceram apenas quatro fascículos. Os seus principais colaboradores eram Plekanov, Axelrod, Zassulitch.

<sup>27</sup> Trata-se dos artigos de F. Engels. “O Problema da habitação”.

<sup>28</sup> Trata-se do artigo de F. Engels “*Sobre as Relações Sociais na Rússia*” e o posfácio a este artigo faz parte da obra “*Engels sobre a Rússia*”. Genebra 1894.

<sup>29</sup> Assim como Engels, Lênin chama *Livro IV de O Capital* à obra de Marx escrita em 1862-1863: *Teoria da Mais-Valia*. No seu prefácio ao Livro II de *O Capital*, Engels escrevia: “Reservo-me a possibilidade de publicar como Livro II de *O Capital* a parte crítica deste manuscrito (*Teorias da Mais-Valia* - N.R.) após ter eliminado várias passagens já utilizadas nos Livros II e III” (Karl Marx, *O Capital*, Livro II [Tomo I]. Edições Sociais, Paris, 1952, p. 10 – N.R.). Mas faltou-lhe tempo para preparar a impressão do Livro IV de *O Capital*. As *Teorias da Mais-Valia*, postas em ordem por Kaustsky, foram publicadas pela primeira vez em alemão, em 1905 e em 1910. Essa edição não atendia às exigências de uma publicação científica; numerosas teses marxistas foram deformadas.

O Instituto do Marxismo-Leninismo adstrito ao Comitê Central do PCUS fez aparecer uma nova edição da obra: três partes segundo o manuscrito de 1862-1863.

<sup>30</sup> Carta de Engels a Y. Ph. Becker, datada de 15 de outubro de 1884.

<sup>31</sup> Veja: Marx “Estatutos Provisórios da associação”, Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores; Engels “Prefácio à edição alemã de 1890 do *Manifesto do Partido Comunista*”

## As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo<sup>32</sup>

A doutrina de Marx suscita, no conjunto do mundo civilizado, a maior hostilidade e o ódio de toda a ciência burguesa (tanto oficial como liberal), que vê no marxismo qualquer coisa como uma “seita de malfeitores”. Não se poderia esperar outra atitude, pois, numa sociedade fundada na luta de classes, não será possível haver ciência social “imparcial”. Toda a ciência oficial e liberal *defende*, de um modo ou de outro, a escravatura assalariada, enquanto que o marxismo declarou uma guerra implacável a essa escravatura. Pedir uma ciência imparcial numa sociedade fundada sobre a escravatura assalariada é de uma ingenuidade tão pueril como pedir aos fabricantes para serem imparciais na questão de saber se convém diminuir os lucros do capital para aumentar o salário dos operários. Mas não é tudo. A história da filosofia e a história da ciência social mostram com toda a clareza que o marxismo não tem nada que se assemelhe a “sectarismo” no sentido de uma doutrina dobrada sobre si mesma e ossificada, surgida à margem da grande via do desenvolvimento da civilização universal. Pelo contrário, Marx teve de genial o responder às perguntas que a humanidade avançada tinha já levantado. A sua doutrina nasceu como *continuação* direta e imediata das doutrinas dos representantes mais eminentes da filosofia, da economia política e do socialismo.

A doutrina de Marx é onipotente, porque é exata. É harmoniosa e completa; dá aos homens uma concepção coerente do mundo, inconciliável com toda a superstição, com toda a reação, com toda a defesa da opressão burguesa. É a sucessora legítima de tudo quanto a humanidade criou de melhor no século XIX: **a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês.**

É destas fontes, das três partes constitutivas do marxismo, que vamos rapidamente falar.

### I

O *materialismo* é a filosofia do marxismo. No decurso de toda a história moderna da Europa e, sobretudo, no fim do século XVIII, na França, onde se desenrolava uma luta decisiva contra todas as velharias medievais, contra o feudalismo nas instituições e nas idéias, o materialismo foi a única filosofia conseqüente, fiel a todos os ensinamentos das ciências naturais, hostil às superstições, à beatice, etc. Igualmente os inimigos da democracia dedicaram-se com todas as suas forças a “refutar” o materialismo, a desacreditá-lo, a caluniá-lo; defendiam as diversas formas de idealismo filosófico que, de qualquer modo, se reduz sempre à defesa ou apoio da religião.

Marx e Engels defenderam resolutamente o materialismo filosófico e mostraram muitas vezes o que havia de profundamente errôneo em todos os desvios a esta doutrina fundamental. Os seus pontos de vista estão expostos com o máximo de clareza e pormenor nas obras de Engels *Ludwig Feuerbach* e o *Anti-Dühring* que, como o *Manifesto do Partido Comunista*, são livros de cabeceira de todo operário consciente.

Mas Marx não parou no materialismo do século XVII, levou a filosofia mais além. Enriqueceu as aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo do sistema de Hegel, o qual tinha conduzido por seu lado ao materialismo de Feuerbach. A principal destas aquisições é a dialética, isto é, a teoria da evolução, no seu aspecto mais completo, mais profundo e mais isenta de estreiteza, teoria da relatividade do conhecimento do homem, que reflete a matéria em perpétuo desenvolvimento. As recentes descobertas das ciências naturais – o rádio, os elétrons, a transformação dos elementos – confirmaram admiravelmente o materialismo dialético de Marx, em detrimento das doutrinas dos filósofos burgueses e dos seus “novos” regressos ao antigo idealismo apodrecido.

Aprofundando e desenvolvendo o materialismo filosófico, Marx fê-lo chegar ao seu fim lógico e estendeu-o do conhecimento da natureza ao conhecimento da *sociedade humana*. O *materialismo histórico* de Marx foi a maior conquista do pensamento científico. Ao caos e à arbitrariedade que até então reinavam nas concepções de história e de política, sucedeu uma

teoria científica notavelmente coerente e harmoniosa que mostra como, de uma forma de organização social, surgiu e se desenvolve, em seguida ao crescimento das forças produtivas, uma outra forma, mais elevada – como, por exemplo, o capitalismo nasce do feudalismo.

Assim como o conhecimento do homem reflete a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em via de desenvolvimento, também o conhecimento social do homem (isto é, diferentes opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) reflete o *regime econômico* da sociedade. As instituições políticas erguem-se em superestrutura sobre uma base econômica. Vê-se, por exemplo, como as diferentes formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar o domínio da burguesia sobre o proletariado.

A filosofia de Marx é um materialismo filosófico acabado, que deu poderosos instrumentos de conhecimento à humanidade e, sobretudo, à classe operária.

## II

Depois de ter verificado que o regime econômico constitui a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, Marx concentra a sua atenção, sobretudo, no estudo deste regime econômico. A principal obra de Marx, *O Capital*, é consagrada ao estudo do regime econômico da sociedade moderna, isto é, da sociedade capitalista.

A economia política clássica anterior a Marx nasceu na Inglaterra, o país capitalista mais evoluído. Adam Smith e David Ricardo, estudando o regime econômico, marcaram o início da teoria do valor-trabalho. Marx continuou a sua obra. Deu um fundamento estritamente científico a esta teoria e desenvolveu-a de modo conseqüente. Demonstrou que o valor de toda a mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção dessa mercadoria.

Lá onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de uma mercadoria por outra), Marx descobriu relações entre homens. A troca de mercadorias exprime o elo estabelecido por intermédio do mercado entre os produtores isolados. A moeda significa que esse elo se torna cada vez mais estreito, unindo num todo indissolúvel toda a vida econômica dos produtores isolados. *O Capital* significa o desenvolvimento contínuo desse elo: a força do trabalho do homem torna-se mercadoria. O assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário da terra, das fábricas, dos instrumentos de produção. O operário emprega uma parte do seu dia de trabalho para cobrir os gastos do seu sustento e de sua família (o salário); a outra parte, ele a emprega trabalhando gratuitamente, criando para o capitalismo a *mais-valia*, fonte de lucro, fonte de riqueza para a classe capitalista.

A teoria da *mais-valia* constitui a pedra angular da teoria econômica de Marx.

O capital criado pelo trabalho do operário pesa sobre o operário, arruína os pequenos patrões e cria um exército de desempregados; na indústria, a vitória da grande produção é evidente; observa-se, aliás, um fenômeno análogo na agricultura: a superioridade da grande exploração agrícola capitalista aumenta, o emprego de máquinas generaliza-se, as explorações camponesas vêm fechar-se à sua volta o nó corredio do capital financeiro, declinam e arruínam-se sob o jugo da sua técnica atrasada. Na agricultura as formas deste declínio da pequena produção são outras, mas o declínio em si é um fato incontestável.

O capital que bate a pequena produção conduz ao aumento da produtividade do trabalho e à criação de uma situação de monopólio para as associações de grandes capitalistas. A produção em si torna-se cada vez mais social – centenas de milhões de operários reúnem-se num organismo econômico coordenado, enquanto que um punhado de capitalistas se apropria do produto do trabalho comum. A anarquia da produção cresce: crises, corrida louca à procura de mercados e, daí, existência não assegurada para a massa da população.

Aumentando a dependência dos operários em relação ao capital, o regime capitalista cria a grande potência do trabalho unificado.

Marx seguiu o desenvolvimento do capitalismo desde os primeiros rudimentos da economia mercantil, a troca simples, até suas formas superiores, a grande produção.

E a experiência de todos os países capitalistas, velhos e novos, mostra nitidamente de ano para ano, a um número cada vez maior de operários, a justiça desta doutrina de Marx.

O capitalismo venceu no mundo inteiro, mas essa vitória não é senão o prelúdio de vitória do trabalho sobre o capital.

### III

Quando o regime feudal foi derrubado, e logo que a “livre” sociedade capitalista nasceu, tornou-se imediatamente evidente que essa liberdade significava um novo sistema de opressão e de exploração dos trabalhadores. Diversas doutrinas socialistas começaram imediatamente a surgir, como reflexo dessa opressão e protesto contra ela. Mas o socialismo primitivo era um socialismo utópico. Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, maldizia-a, sonhava aboli-la; imaginava um regime melhor; procurava persuadir os ricos da imoralidade da exploração.

Mas o socialismo utópico não podia indicar uma verdadeira saída. Não sabia nem explicar a natureza da escravatura assalariada no regime capitalista, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a *força social* capaz de se tornar o criador da nova sociedade.

Contudo as tempestuosas revoluções que por toda parte acompanhavam, na Europa e principalmente na França, a queda do feudalismo, da servidão, mostravam, cada vez com maior evidência, que a *luta de classes* é a base e a *força-motriz* do desenvolvimento.

Nem uma só liberdade política foi conquistada à classe dos feudais sem que esta oferecesse uma resistência encarniçada. Nem um só país capitalista se constituiu sobre uma base mais ou menos livre, democrática, sem que uma luta de morte tenha posto em choque as diferentes classes da sociedade capitalista.

Marx teve de genial o fato de ter sido o primeiro a pôr em evidência e a aplicar de modo conseqüente o ensinamento que a história universal contém. Este ensinamento é a doutrina da *luta de classes*.

Os homens foram e serão sempre, em política, os ingênuos enganados pelos outros e por si próprios, enquanto não tiverem aprendido, por detrás das frases, das declarações e das promessas morais, religiosas, políticas e sociais, a discernir os interesses de tais ou tais classes. Os partidários das reformas e melhoramentos serão sempre enganados pelos defensores da velha ordem das coisas, enquanto não tiverem compreendido que toda velha instituição, por mais bárbara e apodrecida que pareça, é sustentada por forças de tais e tais classes dominantes. E para quebrar a resistência dessas classes não há senão *um* meio: encontrar na própria sociedade que nos rodeia, e depois educar e organizar para a luta, as forças que podem – e devem, pela sua situação social – tornar-se a força capaz de varrer o velho e criar o novo.

Só o materialismo filosófico de Marx mostrou ao proletariado a via a seguir para sair da escravatura espiritual em que vegetavam todas as classes oprimidas. Só a teoria econômica de Marx explicou a verdadeira situação do proletariado no conjunto do regime capitalista.

As organizações proletárias independentes multiplicam-se no mundo inteiro, da América ao Japão e da Suécia à África do sul. O proletariado instrui-se e educa-se travando a sua luta de classes; liberta-se dos preconceitos da sociedade burguesa, adquire uma coesão cada vez maior e aprende a apreciar os seus êxitos pelo seu justo valor, retempera as suas forças e cresce irresistivelmente.

“Prosvéchtchénie”, nº 3  
Março 1913  
Assinado: V. I.

Conforme o texto das *Obras*,  
Tomo 19, pp. 3-8  
(4ª ed. russa)

## Notas

<sup>32</sup> O artigo de Lênin “As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo” foi publicado no n.º 3 de 1913 do “Prosvéchtchénié”.

“Prosvéchtchénié” (A Instrução): Revista mensal bolchevique (social, política e literária), saiu legalmente em Petersburgo a partir de dezembro de 1911. Foi criada sob indicações de Lênin para substituir a revista bolchevique Mysl (O Pensamento) publicada em Moscou e proibida pelo governo czarista. Lênin, do estrangeiro, dirigiu “Prosvéchtchénié”. Os seguintes artigos de Lênin foram publicados nesta revista: “Questões de princípio da campanha eleitoral”, “Resultados das eleições”, “Notas críticas sobre a questão nacional”, “Do direito das nações disporem de si mesmas”, etc. Faziam parte do comitê de redação M. Savéliév, M. Olminski, A. Elizavora, etc. A rubrica literária era dirigida por M. Gorki. A revista atingiu uma tiragem de 5.000 exemplares.

Em junho de 1914, na véspera da Primeira Guerra Mundial, foi proibida pelo governo czarista. A publicação foi retomada no Outono de 1917, mas não saiu senão um número (duplo), compreendendo as obras de Lênin: *Os Bolcheviques Conservarão o Poder?* e *Para uma Revisão do programa do Partido*.

Partido Comunista Revolucionário – PCR  
WWW.PCRBRASIL.ORG